

SESSÕES DO PLENÁRIO

77ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 27 de novembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO JOSÉ DE ARIMATÉIA (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Bom-dia a todos.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, com o objetivo de discutir com os agentes comunitários de saúde e agentes de combates às endemias, a situação da categoria no âmbito estadual e nacional, problemáticas e perspectivas, proposta pelo deputado Zé Neto.

Convido para compor a Mesa o Sr. Diretor da Atenção Básica da Secretaria de Saúde, José Cristiano Soster, que neste ato representa o governo do Estado; convido a Sr^a representante da OAB/Bahia, advogada Itana Santos Araújo Viana; convido o Sr. Apoiador Institucional do Ministério da Saúde, Antônio Carlos Silva; convido a Sr^a Presidente da Federação Baiana dos Agentes de Saúde, Edméia Gonçalves da Silva; convido o Sr. advogado dos Sindicatos e Federação Baiana dos Agentes de Saúde, Nelson Quadros; convido o Sr. prefeito do município de Capela do Alto Alegre, Josinei Santos, conhecido como Nei do Banco; convido o Sr. Coordenador da Comunicação do Sindicato dos Agentes Comunitários e Agentes de Combate às Endemias do Estado da Bahia, Lázaro Figueiredo. (Palmas.)

Gostaria de informar que o proponente desta sessão, deputado Zé Neto, ele já está a caminho porque, hoje pela manhã, recebeu em Feira de Santana o governador do Estado e como ele é Líder do Governo, tinha que recepcioná-lo. Mas, a informação que recebo da assessoria dele é que já está a caminho e a qualquer momento, estará aqui presente para também usar a sua fala.

Gostaria que todos ficassem de pé para ouvirmos o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.) (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Primeiro, eu gostaria de usar a palavra por estar presidindo esta sessão. Tive a honra de receber essa missão do deputado Zé Neto, apesar de já ter sido agendado por mim a presença aqui. Além de ter um compromisso com a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, hoje como vice-presidente, na última legislatura estive como presidente da Comissão. Durante esse período reconhecemos a importância dos agentes comunitários e agentes de

endemias. Hoje é manchete de jornal a questão da dengue, que realmente está crescendo. No momento em que falamos dos casos da dengue vem imediatamente a atuação da atuação dos agentes de endemias. Vocês tem um papel fundamental.

Então gostaria de agradecer a oportunidade e vou ler a minha fala daqui mesmo, depois passarei para os demais representantes desta Mesa e quando o deputado Zé Neto chegar usará a fala.

(Lê):- “Vistoria de residências, depósitos terrenos baldios e estabelecimentos comerciais para buscar focos endêmicos. Inspeção cuidados de caixas d'água, calhas e telhados, aplicação de larvicidas e inseticidas, orientações quanto prevenção e tratamento de doenças infecciosas, recenseamento de animais. Esses são exemplos de atividades de fundamental importância para o controle de doenças como dengue, chagas, leishmaniose, malária, zika e chikungunya e fazem parte das atribuições destes importantíssimos profissionais, que são os agentes de combate de endemias e agentes de saúde. Com suas atividades regulamentadas desde 2006, estes profissionais ainda têm uma grande luta pela frente e muito a conquistar.

Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias trabalham em contato direto com a população, o que, para o ministério da saúde, é um dos fatores mais importantes para o sucesso do trabalho. Contudo, muitos desafios ainda precisam ser superado por esta importante classe profissional.

Falta da estipulação de piso salarial equiparado ao nacional.

Falta de reconhecimento de igualdade entre agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias.

Fardamento e EPI's de má qualidade.

Falta de ponto de apoio (espaço físico) para a atividades e assistência à saúde do trabalhador principalmente nas questões ortopédicas e exame de colinesterase (Mede no sangue o índice de larvicida presente no organismo.)”

Contudo muitos desafios ainda precisam ser superados por essa importante classe profissional.

Primeiro, falta da estipulação do piso salarial equiparado ao nacional. Segundo, falta de reconhecimento da igualdade entre os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias. Terceiro, fardamentos e Epis de má qualidade. Quarto, falta de ponto de apoio para as atividades, espaço físico. Falta de assistência à saúde do trabalhador, principalmente nas questões ortopédicas e exame de colinesterase que mede no sangue o índice de larvicida presente no organismo.

Vocês, homens e mulheres aqui estão representando a Cidade do Salvador e as várias cidades do Estado da Bahia. E tenho certeza que durante as falas que a Mesa vai pronunciar, vocês também terão a oportunidade de abrir a boca, em outras palavras, colocar a boca no trombone, porque as conquistas só acontecem quando há mobilização. Inclusive, no próximo mês, do dia 1º ao dia 4, em Brasília, será realizada a Conferência Nacional da Saúde onde serão discutidos todos os assuntos concernentes à saúde do povo, não só baiano, mas de todo o Brasil.

Quando aconteceu aqui a conferência Estadual da Saúde, tenho certeza que as indicações que foram propostas, enviadas por vocês, serão lembradas lá em Brasília. E esperamos que não só sejam lembradas, mas sejam efetivadas.

Era essa minha fala. E parabéns a todos os agentes de endemias que aqui estão. Que Deus abençoe vocês! (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Vamos passar a palavra para o Sr. Lázaro Figueiredo pelo tempo de 10 minutos. Ele fará também a explanação das atribuições e das lutas que vocês estão encampando para que, com certeza, aconteçam essas conquistas.

O Sr. LÁZARO FIGUEIREDO:- Bom-dia a todos e a todas. Eu me chamo Lázaro e sou representante do Sindacs-Bahia – Sindicato dos Agentes Comunitários e Agentes do Combate de Endemias do Estado da Bahia. E, com grande honra, agradeço ao deputado Zé Neto na pessoa do deputado Arimatéia pelo convite para explanar juntamente com os colegas a nossa situação em termos de Brasil e de Estado o que nós estamos vivendo nos municípios.

Primeiro, quero saudar os colegas. Acredito que eles tiveram muita dificuldade para chegar até aqui, principalmente quando se trata dos nossos gestores os quais nos impõem algumas dificuldades e nos colocam em situações que, às vezes, precisamos ultrapassar os nossos limites para estar aqui buscando algo melhor para o futuro da nossa Nação.

E, hoje, mais do que nunca buscamos nos nossos municípios a questão de termos um piso nacional que já foi aprovado em Brasília, mas os municípios ainda colocam os pés sobre ele para não pagar a nossa categoria alegando que ainda não têm dinheiro para pagarem o piso nacional. Em alguns municípios, já se paga o piso nacional sem maior dificuldade, mas precisamos avançar em outras coisas como agentes de saúde deste Estado.

E a gente quer complementar que, hoje, a maior dificuldade para os agentes... Quando o deputado colocou que o foco são os agentes de endemias, eu colocaria mais, deputado, que são agentes de saúde, porque nós não temos duas categorias, temos somente uma categoria que são os agentes de saúde deste país. Porque agentes comunitários também lutam contra a dengue neste país. No momento em que nós levamos informações às famílias, estamos também combatendo o mosquito *Aedes Aegypti*, porque nós levamos a informação e nós trabalhamos com a prevenção e não com a cura. E hoje os municípios querem tratar a dengue com cura mas queremos tratar a dengue nesse País com a informação, com a prevenção.

Então, fica aqui o nosso apelo ao Estado. Estamos tendo apoio dos conselhos municipais hoje, colocamos aqui em especial o Conselho Municipal de Saúde de Salvador que tem sido também combatente nessa discussão dentro do município do Salvador, que é o município que se coloca como se estivéssemos no tronco, ele com o

chicote na mão para dizer como se deve trabalhar e se fazendo manipulador da saúde de Salvador.

Quero deixar bem claro aos colegas que vieram do interior que não desistam porque o nosso trabalho não acabou, a nossa luta apenas está começando como agentes de saúde desse país. Se conseguirmos mudar a Constituição deste país, não serão os gestores municipais que vão dizer que não vamos conseguir o nosso Piso Nacional.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Muito obrigado, Lázaro Figueiredo.

Vamos agora ouvir Josinei Santos, o Nei do banco, prefeito da Cidade de Capela do Alto Alegre pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. JOSINEI SANTOS:- Bom-dia a todos. Gostaria de saudar a Mesa na pessoa do deputado Zé Neto, que não se faz presente mas está chegando, e agradecer a ele por esse convite e toda a sua equipe que esteve empenhada na realização desse evento. Gostaria de saudar em nome da nossa representante agente comunitária, Edenir, todos os agentes comunitários aqui presentes; saudar o nosso Secretário da Saúde também que está aqui presente, Gênesis; e dizer da importância de cada um de vocês em nosso município.

Infelizmente, fico triste com alguns acontecimentos de alguns colegas prefeitos. Fiquei sabendo que alguns não permitiram que os agentes viessem participar desse evento. É uma luta importante e o nosso município tem dado apoio para que o agente consiga alcançar os seus objetivos. Com relação ao Piso, damos todo o apoio em nosso município. Quando a equipe de Capela foi a Brasília fazer a revindicação, já pagamos o piso desde janeiro de 2015 aos nossos agentes porque entendemos que os nossos agentes como todos são pessoas importantes em nosso município, e são aquelas pessoas que estão no dia a dia na casa de cada um levando esse belo trabalho que é feito em cada município da Bahia e do Brasil.

Gostaria de falar do reconhecimento que temos, eu como prefeito do município reconheço a classe. Como foi dito aqui ainda há muitas conquistas a serem realizadas. Percebemos que há deficiência por parte do Estado, por parte do governo federal e pedimos ao governo federal que olhe mais para essa classe que é merecedora. São pessoas que estão no dia a dia, tomando sol quente, andando muito, por exemplo, em meu município há distâncias de até 30 km.

Então, eu acho que tudo aquilo que a gente puder ajudar a intervir junto aos governos estadual e federal será importante para a melhoria de vida desta classe, pois esta é uma classe sofrida uma vez que luta muito por suas melhorias. E, por outro lado, somos, também, às vezes, muito cobrados. Em outra ponta, há alguns colegas prefeitos, infelizmente, que não dão a oportunidade para os agentes fazerem um bom trabalho.

Dessa forma, apelamos ao poder público, a fim de que o mesmo olhe e se dedique mais a esta classe, porque são esses agentes que, dia a dia, estão nas casas de cada um e, assim, eles levam o nosso nome para as casas das pessoas atendidas. Vejam, são os agentes que, realmente, levantam a bandeira e fazem um bom trabalho.

Estamos passando por dificuldades neste momento com a dengue, a chikungunya e muitas outras doenças. Quem está lá para combater essas doenças? São os agentes que estão lá, à frente, no dia a dia, nas comunidades.

Quero, aqui, parabenizar a todos os presentes!

Hoje, com certeza, era para estar o dobro de pessoas presentes. Mas, infelizmente, ficamos sabendo que alguns agentes foram impedidos de vir. Não sei por quê. Aliás, não consigo entender o que esses governantes pensam. Eles acham que o mundo é só deles. Mas a realidade não é bem assim.

Acredito que precisamos ajudar a classe e correr atrás daquilo que é necessário para que cada um tenha uma qualidade de vida melhor e para que faça um bom trabalho em cada município que, ali, é atendido.

Desejo um bom-dia a todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Obrigado, prefeito Nei do banco de Capela do Alto Alegre.

Eu gostaria de chamar, para compor a Mesa, o Sr. Marcos Sampaio, presidente do Conselho Estadual de Saúde. (Palmas.)

Com a palavra Edmeia Gonçalves da Silva, presidente da Federação Baiana dos Agentes de Saúde, pelo tempo de 15 minutos. (Palmas.)

A Sr^a EDMÉIA GONÇALVES DA SILVA:- Muito obrigada, presidente, por ter-me dado mais tempo.

Bom-dia, gente!

É sempre um prazer ter esta agenda anual com Neto, pois ele é um parceiro de longas datas. Neto começou com a gente na Federação como assessor jurídico, bem antes de ser vereador por Feira de Santana e de ser deputado estadual. Então ele já conhece bastante da nossa luta e da nossa labuta.

Estamos vivendo um momento especial, porque são anos de muita união. Aqui, nós temos colegas desde 1991. Não é? À época, em 1991, nós não tínhamos lei e não tínhamos nada nem direito a nada. À época, nós trabalhávamos recebendo por bolsas ou recebendo por contratos ou recebendo através das OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) de cooperativas. Foi uma época bastante problemática. Temos, ainda, esta realidade, lá, em meu município São Sebastião do Passé.

Mas, durante todos esses anos, nós conseguimos vários ganhos. Não podemos

pensar só em coisas negativas. Temos de pensar que somos uma classe trabalhista vencedora, porque poucas foram as que conseguiram mudar a Constituição brasileira. E esta categoria, aqui, conseguiu mudar por duas vezes. Isso não é pouca coisa não! Isso é muita coisa! (Palmas.)

Neste momento importante, nós, ainda, nos sentimos diferenciados do restante do País, porque este o Estado da Bahia teve muita responsabilidade em fazer a descentralização e a regulamentação desta categoria. Trabalhamos junto ao governo do Estado. Trabalhamos junto ao Ministério Público. Trabalhamos juntos à categoria. E nós conseguimos, no Estado da Bahia, não perder os trabalhadores que já estavam na labuta há muitos anos!

Construímos uma cartilha que, ainda, está em vigor hoje. Mas vários prefeitos fazem de conta, melhor, vários prefeitos fazem questão de desconsiderar e, ao mesmo tempo, não reconhecer esta cartilha.

Fizemos um processo de seleção no decorrer dos anos que foi aceito pelo Ministério Público. E aqueles que já haviam passado por um processo de seleção e que já estava na área trabalhando não foram dispensados e foram aproveitados. Isso é uma coisa que não acontece no restante do País. Não é?

Tivemos a responsabilidade e o compromisso de tentar fazer esta despreciação com os agentes de combate às endemias. E esta luta contínua até hoje. Ainda, há municípios em que nós não conseguimos despreciar os agentes. Eu posso falar, com propriedade, de 2 municípios: São Francisco do Conde e Santo Amaro da Purificação. Esses municípios fazem parte de nossa base lá.

A luta é árdua. Alguns prefeitos, ainda, tendem a desconsiderar todos os ganhos da nossa categoria até hoje. Agora, por exemplo, estamos em uma labuta em Brasília, na Câmara dos Deputados, pelo PL nº 1628/2015 que cuida da regulamentação da nossa insalubridade, ou seja, está cuidando para que a gente consiga uma aposentadoria especial entre 15 e 20 anos de trabalho e, mais ainda, uma ajuda de custos de moradia para aquele agente que ainda não possui sua moradia própria.

Não está sendo fácil. Estamos aqui mas temos colegas da Bahia que estão saindo de Brasília hoje, melhor, saíram ontem, porque temos pressa. Temos até o dia 10 de dezembro para que saia da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a fim de ser lido para, depois, ser encaminhado ao Senado até o dia 15 de dezembro, a fim de que seja aprovado, ainda, durante este ano.

É difícil? É! Mas temos medo?

A plateia responde:- Não!

A Srª EDMÉIA GONÇALVES DA SILVA:- Quantas vezes construímos, assim, na pressão?

A plateia responde:- Muitas!

A Srª EDMÉIA GONÇALVES DA SILVA:- Muitas, na maioria das vezes!

Desde quando adentrei ao programa, ainda era programa, hoje é uma estratégia, a gente avançava a cada dois anos em época de eleição. Vocês se lembram disso?

A plateia responde:- Sim!

A Srª EDMÉIA GONÇALVES DA SILVA:- A cada período eleitoral, a gente ganhava um pedacinho.

E, agora, isso não está sendo diferente não! Nós estamos nos armando. Mas não são armas no sentido literal da palavra! Isso significa dizer que estamos unidos, porque o próximo ano, o de 2016, será ano de eleição municipal e estamos partindo para cima de alguns prefeitos.

Digo isso porque os bonitinhos daqui, com essas fardinhas bonitas, quando chegam à época da eleição, ou seja, à época da propaganda política, são eles, os agentes comunitários e os agentes de endemias, quem aparece, primeiro, nas telas. São os agentes de saúde quem, primeiro, aparece!

Já estamos cansados de ouvir nos discursos: “Vocês têm uma importância, etc, etc.”

Mas nós queremos ver esta importância sair do discurso para termos reconhecimento em nosso trabalho! Queremos este reconhecimento em salários para que a gente possa sustentar as nossas famílias com dignidade. Queremos o reconhecimento do nosso trabalho verdadeiro.

Não queremos o lema: “Estou reconhecendo o seu trabalho.” Mas não é só com dinheiro, nem dizer que somos bonitos ou que nós temos uma boa condição de trabalho, porque isso é coisa que nós não estamos tendo hoje!

Estamos acompanhando a realidade dos agentes de endemia que estavam sem material e sem produto para trabalhar! Estou mentindo?

A plateia responde:- Não!

A Srª EDMÉIA GONÇALVES DA SILVA:- Vocês do interior estão tendo produto para trabalhar?

A plateia responde:- Não!

A Srª EDMÉIA GONÇALVES DA SILVA:- Mas a cobrança está intensa. As coisas estão explodindo. Agora, o mais novo problema é a questão dos bebês com microcefalia. Esta doença vem mediante o quê? Eles, ainda, estão comprovando que tal doença ocorre mediante a zika!

Essas são doenças com as quais a gente labuta. Às vezes, ouvimos da comunidade que a culpa é nossa e que o agente que não faz o trabalho direito. Chamo-lhes de os inconscientes, porque os conscientes, os que acompanham o trabalho do seu agente, sabem que o agente está ali, que o agente não tem horário, que o agente não atividade para socorrer a nossa comunidade na hora da necessidade. Existem municípios que as únicas visitas que as comunidades recebem são as visitas dos agentes de saúde.

Não é verdade?

A plateia responde:- É!

A Srª EDMÉIA GONÇALVES DA SILVA:- Então é assim.

Com essas palavras, quero pedir sensibilidade ao governo para ter um olhar especial para os nossos agentes.

Digo, também aqui, com propriedade, principalmente em relação aos agentes de combate às endemias que ainda têm um trabalho com maior dificuldade do que os agentes comunitários.

Desejo que a gente se una cada vez mais, porque já comprovamos que quando a gente se une em um único objetivo, deixando de lado as particularidades, saímos vencedores.

Muito obrigada! (Muitas palmas calorosas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Obrigado, Edméia Gonçalves da Silva! Com a palavra o Sr. Marcos Sampaio, presidente do Conselho de Saúde do Município de Salvador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. MARCOS SAMPAIO:- Quero dar um bom-dia a todos e a todas.

Saúdo a Mesa na pessoa do deputado José de Arimatéia.

Também, parabenizo o deputado Zé Neto por ter esta agenda anual e corriqueira com os agentes de saúde e tem demonstrado todos os anos ser um deputado preocupado com as situações em que vivem a categoria.

Quero, também, saudar a professora Itana, representando a OAB; representações dos agentes de saúde; o prefeito Cristiano, representando a Adab (Agência de Defesa Agropecuária da Bahia); Antônio Carlos e Lázaro, representantes do Sindacs-BA (Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Contendores de Doenças Endêmicas e Epidemiológicas do Estado da Bahia.)

Gostaria de enfatizar que, agora, a Bahia e o Brasil estão vivendo um momento importante. Não é? Está-se vivendo um momento em que os agentes de saúde cobram um piso nacional, que é um direito já aprovado. Diferentemente de quando houve a mudança do regime e de quando houve a lei nacional, e a Bahia...

Na época, Jorge Solla, ex-secretário e hoje deputado, construiu uma comissão que, de imediato, foi orientando nos interiores, foi criando também a discussão com as Câmaras de Vereadores, para que toda a Bahia tivesse, hoje, os vínculos desprecarizados. Acredito que para que o Piso seja realidade no Estado da Bahia – aí tanto Cristiano, quanto Antônio Carlos, que estão representando a Sesab, podem ajudar – o primeiro passo é esse: formar uma comissão e um GT que possam sensibilizar ainda mais os prefeitos, porque o pagamento do piso nacional, hoje, no meu entender, depende muito mais da força da vontade política de cada município do que, de fato, o impedimento da legislação.

Quero dizer que, enquanto alguns prefeitos, algumas cidades ainda perdem tempo não cumprindo essa lei que já garante o piso para os agentes de saúde... E aí quero dizer que a população e os indicadores de saúde provam a importância que cada agente de saúde, seja ele de endemia ou comunitário, tem no nosso Estado e nosso

País.

Hoje, nós temos o Zika vírus, a síndrome de Guillan-Barré e a dengue. A população também está assustada com a microcefalia, que, segundo estudos que ainda serão concluídos, está muito ligada à questão do Zika vírus. A população está assustada com tudo isso, e o que resolve? As pesquisas vão resolver, o investimento vai resolver, mas é a presença dos senhores e das senhoras agentes de saúde que fará com que a Bahia e o Brasil possam combater os vetores e o mosquitos, bem como conscientizar a população de que ela também é responsável.

A saúde não é só responsabilidade do Estado, do profissional de saúde ou do prefeito, mas também da população. Não se ganha isso, não se convence isso, se não tivermos também, na ponta... A presença dos senhores e das senhoras agentes de saúde na casa das pessoas, muitas vezes, é o único acesso que a população, em algumas cidades do interior, tem ao Sistema Único de Saúde.

Então, quero dizer que esta sessão especial é muito importante, mas eu não poderia deixar, como membro do Conselho Estadual de Saúde, de dizer que o Piso já é lei. A Conferência Estadual da Bahia aprovou a moção de apoio ao pagamento do Piso, mas também precisamos, deputado José de Arimatéia, representantes da Sesab, instaurar outros debates importantes. Digo que não adianta... O Piso é importante! Reafirmo que, se é lei, a lei tem de ser cumprida. Não existe lei ruim ou lei boa! A lei está aí para ser cumprida, mas precisamos também discutir outras questões.

Não adianta o agente de saúde do Estado da Bahia ou de qualquer outra cidade do nosso Brasil receber o piso nacional e não ter condições de trabalho. Não adianta receber o piso nacional e adoecer no dia a dia. Não adianta ter o piso nacional, se a categoria não tem concurso público para admitir novos agentes de saúde e aumentar a cobertura à população. Não adianta a gente discutir o piso, se não temos a garantia de que a aposentadoria do agente de saúde garantirá a ele qualidade de vida.

Então, quero chamar a atenção dos senhores que está em curso um debate na sociedade. Não podemos cair nessa armadilha, deputado. Quero dizer que estão reduzindo a discussão da categoria dos agentes de saúde. Muitas das vezes só falam da questão do Piso. Vocês querem o Piso, mas também querem dignidade, condições de trabalho, fazer e cumprir com o seu papel da cobertura com a população.

Então eu queria chamar a atenção de vocês para o fato de que em muitas cidades já se faz o debate sobre a importância ou não da existência dos agentes de saúde. E precisamos dizer – e eu, como representante e usuário, digo: os agentes de saúde são os principais aliados na ponta dos usuários do Sistema Único de Saúde.

No mais, queria agradecer e parabenizar a todos e todas e dizer que podem até matar uma formiga, mas ninguém pisa no formigueiro inteiro. Então, precisamos a cada dia ser mais formigueiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Gostaria de chamar também para compor a Mesa, o Sr. Roque Honorato, diretor da Febacs, representação histórica da categoria. (Palmas.)

Com a palavra Antônio Carlos Silva, apoiador institucional do Ministério da Saúde.

O Sr. ANTÔNIO CARLOS SILVA:- Bom-dia!

(O plenário responde.)

O Sr. ANTÔNIO CARLOS SILVA:- O formigueiro já está funcionando.

Marcos, em nome da representação dos usuários, trouxe boas e belas palavras. Em nome dele, saúdo a Mesa e agradeço especialmente a Zé Neto pelo convite e ao deputado José de Arimatéia que conduz a nossa sessão.

Gente, antes de iniciar, tenho uma apresentação rápida que queria trazer a vocês para discutir alguns pontos e aproveitar esse momento de agrupamentos para esclarecermos algumas coisas. Antes, porém, faço alguns agradecimentos, esclarecendo três motivos pelos quais fiz um esforço enorme para estar aqui hoje. Viajei a noite inteira entre carros e aviões, volto hoje, à noite, para uma outra agenda amanhã; são duas noites sem dormir em nome e a favor de três grande dimensões.

A primeira delas está relacionada ao respeito e a admiração que tenho por esta Casa e, em especial, por Zé Neto. É uma pessoa que faz o esforço que for necessário para agregar à categoria informação qualificada, condições efetivas de informação para subsidiar o movimento de vocês. Essa é uma liderança do Estado da Bahia que merece não só o meu respeito, mas o respeito do Ministério da Saúde.

O segundo motivo do meu esforço para estar aqui é pessoal, por acreditar, enquanto sanitarista e profissional do SUS, como militante e defensor do Sistema Único de Saúde, no quanto é importante para nós, que queremos um sistema de saúde que seja de fato ascendente e dialogue com as necessidades das pessoas, acreditar que o programa dos agentes comunitários de saúde e agentes de endemias é fundamental para isso. Não adianta querermos criar um sistema universal equânime e que dê condições de qualidade de vida para a população brasileira sem contar com vocês.

O terceiro motivo pelo qual estou aqui talvez não seja o mais importante, mas é o mais pertinente. Estamos passando por um momento político não só brasileiro, mas baiano, que requer condições concretas para fazermos uma reflexão justa; porque nem tudo o que é legal é justo. Por muito tempo e por muitos anos, a escravidão foi legal, o *apartheid* na África do Sul foi legal, mas não era justo. As leis são construídas na perspectiva da perseguição da justiça. E a justiça e essa busca incessante da categoria, e vale salientar o papel indispensável dos sindicatos, fez com que uma lei fizesse justiça em relação ao piso. Mas essa conquista do piso é só um passo. Mais importante do que conseguirmos aprovar uma lei do piso, é consolidá-la, fazer com que, de fato, seja aplicada, fazer com que ela, de fato, seja imprimida e consiga interferir e ajudar vocês. Termos de consolidar essa lei, nesse momento político, é o terceiro motivo pelo qual estou aqui.

Não farei aquelas apresentações. A maior parte de vocês já me conhece. Costumo trazer todo um histórico dos agentes comunitários de saúde, mas acho que não é o momento. Farei uma reflexão mais concreta e mais direcionada às leis que foram aprovadas, o que ainda está pendente e quais são os movimentos do grupo de trabalho que estão previstos para o ano que vem e para este ano.

(Apresentação de vídeo.)

Avanços em 2014 e 2015. Criamos o grupo de trabalho para compor as estratégias de adequação às regras regidas pela Lei 12.994. A construção do consenso em torno dos vínculos de trabalho para atuação do sistema de cadastro nacional dos estabelecimentos de saúde entre o Departamento de Atenção Básica, o Derac e a SGTS, com o apoio da Nescon, da Universidade Federal de Minas Gerais, e a revisão da tabela de vínculos, com a Portaria 121. Isso é uma das grandes conquistas associadas à lei. Estamos defendendo e imprimindo para as gestões municipais as exigências dos direitos trabalhistas de vocês. Por várias vezes tentamos fazer isso, e por várias vezes não conseguimos. Temos um instrumento a mais, ao qual imprimimos as gestões municipais que respeitem os direitos constitucionais de vocês e os direitos trabalhistas.

A inclusão da ocupação de agentes de combate às endemias no Cadastro Brasileiro de Ocupação, com o CBO 5151-F1. A efetivação dos repasses financeiros a estados e municípios, em conformidade com a Lei 12.994. Apoio à gestão municipal para enfrentamento e despreciação dos agentes comunitários de saúde e endemias. Apoio à gestão municipal na formação do agente comunitário de saúde, com curso introdutório previsto na Portaria 243.

Esse rápido histórico dos últimos acontecimentos já dá um sinal de como caminhamos. Evidentemente, tem um sentimento de incompletude que faz parte da natureza humana. Nós nunca nos sentimos contemplados. Isso não é ruim, é assim que caminha a humanidade, é assim que nos sentimos quando conquistamos algo. Conquistamos algo hoje, e queremos conquistar outro algo amanhã. Tem muita coisa para acontecer ainda.

Com a Lei 12.994, foram estabelecidos os parâmetros da contratação, tanto dos agentes comunitários de saúde e de endemias; estipulou-se o que estava previsto na lei, Assistência Financeira Complementar – AFC e o Incentivo de Fortalecimento à Política do agente comunitário de saúde e endemias – IFP aos municípios e estados. O repasse de 95% para a AFC e o financiamento com vínculo direto com o ente. Proíbe a contratação de terceirizadas ou temporadas, salvo em casos de surtos endêmicos.

Aconteceu nos últimos dois meses a mudança do repasse para os municípios. Muitos municípios estranharam, e eu queria explicar um pouco isso. Às vezes, o município não entende, às vezes vocês também não, e esse diálogo não acontece.

Hoje, no *site* do Fundo Nacional de Saúde, o que antes era um só componente, o incentivo ao agente comunitário de saúde, hoje existem três componentes. A criação desses três componentes foi exatamente o movimento que o Ministério da Saúde fez em adequação à lei. A lei cria dois componentes e o ministério cria um terceiro, que

vou explicar.

Vai aparecer no *site* do fundo a Assistência Financeira Complementar. O segundo vai ser o Incentivo ao Fortalecimento à Política (IFP). O daqui vai equivaler a 95% do piso, que é exatamente R\$ 963,30 multiplicado pelo número de agentes daquele município. Se você abrir o site agora e fizer essa conta, dará exatamente o número de agentes financiados pelo Ministério da Saúde. No outro componente, o IFP, que fica no valor de R\$ 50,70, fica da mesma forma: é esse valor vezes o número. Só que pelo fato de uma determinação do Ministério da Saúde... Inclusive, no mês de dezembro de 2015, nós desfinanciávamos os municípios que não desprecariassem os seus vínculos.

A gente criou um outro componente que está inscrito como Agente Comunitário de Saúde. Isso é para indicar à gestão que existem pendências no CNES, ou seja, mostrando que ele possui agentes comunitários de saúde que não estão no CNES com o vínculo direto, que é exigência da lei. Isso serve para que as gestões municipais percebam que existem pendências na forma de contratação ou pendências técnicas, ou seja, de colocar o nome do agente e o vínculo no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

Por que estou tentando explicar isso para vocês? Estou com duas planilhas – deixarei com o pessoal da Casa para passar ao sindicato e a vocês – que listam por município um total de agentes comunitários de saúde no quantitativo de quase 10.000 agentes de comunitários de saúde na Bahia – eu sei, porque participei da história da consolidação das leis municipais que desprecariaram vocês – que estão no CNES como precarizados. Ou seja, 10.000 agentes comunitários de saúde, no final do mês de dezembro, deixaram de ser financiados.

Se as gestões, junto com o apoio de vocês, não atentarem para esse componente, teremos, em janeiro, um problema iminente, porque as prefeituras deixarão de receber os recursos. Eu sei que aqui, na Bahia, não é por causa do vínculo do agente comunitário de saúde. Ainda falarei do agente comunitário de endemias, viu? Precisamos sinalizar para as gestões que existem essas pendências. Eles precisam entrar no CNES e atualizar o CNES com o vínculo que vocês possuem, hoje, com as prefeituras, ou seja, são 10.000 agentes comunitários de saúde.

Agora, quando vamos falar dos agentes comunitários de endemias, a situação é pior. Muito pior! Muito pior, porque envolve duas coisas. Não só a falta ou o erro da alimentação do CNES, mas a realidade. A gente tem uma realidade, na Bahia, que também está nessas planilhas, que indica que cerca de 77% dos agentes comunitários de endemias da Bahia não possuem vínculo direto com os municípios, ou seja, esses cidadãos, trabalhadores que desempenham um trabalho, como foi dito por muitos, fundamental, estão prestes a serem desfinanciados. Isso, gente, na minha opinião, é um grande problema premente que a gente tem.

A gente precisa, enquanto categoria, digo a gente, porque eu já me incluo como vocês... Os agentes comunitários de saúde têm de entender que precisam apoiar as gestões nesse processo, porque quem perde mais é a gestão, mas, normalmente, a

corda parte do lado mais fraco. E, nesse caso, o lado mais fraco são vocês. Peço, aqui, encarecidamente, que os sindicatos, as organizações, as associações presentes que têm diálogo com as gestões que esclareçam e sinalizem às gestões municipais sobre esse prazo de dezembro. É preciso atualizar o CNES para resolver a questão do vínculo do agente comunitário de endemias, especialmente.

Como o meu tempo já acabou, quero falar apenas do último slide. Vou-me ater, no finalzinho, ao agente comunitário de endemias. O que aconteceu depois de um ano e alguns meses de lei? O Ministério da Saúde ainda não cumpriu 12.994 referente ao agente comunitário de combate às endemias. A gente já está regular no que se refere ao agente comunitário de saúde. O Grupo de Trabalho se debruçou durante um ano e alguns meses para dar conta de algumas tarefas necessárias para pagar as gestões municipais de acordo com a lei. Uma delas foi a criação da CBO, a Classificação Brasileira de Ocupações. A maior parte dos agentes comunitários de combate às endemias tinha múltiplas denominações no CNES, o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, e o Ministério não sabia onde nem quantos estavam trabalhando nos municípios. Isso aconteceu, e hoje temos esse número.

Outro passo importante: precisávamos definir quem de fato ia pagar o piso, se o Departamento de Atenção Básica ou a Secretaria de Vigilância em Saúde. Isso já foi determinado. O recurso financeiro que vai financiar o agente comunitário de combate às endemias vai sair dos cofres da SVS.

Então, quando vocês entrarem no site nesta competência, outubro, a ordem de pagamento está no Fundo Nacional de Saúde. Fiz questão de ligar não só para Antônio, do FNS, como também ao presidente do GP para ter esta informação aqui. Já está no Fundo, ou seja, no próximo pagamento já vai aparecer o recurso financeiro do agente comunitário de combate às endemias para a competência de outubro, dividido da mesma forma que está dividido para o agente comunitário de saúde. É ali onde tem aqueles dois componentes, o de 95% e o de 5%.

Só que aí vamos aos gargalos. Regularizamos e cumprimos a lei depois de um ano e alguns meses. Precisamos discutir o retroativo. Um outro Grupo de Trabalho já o está discutindo, porque até então nós, enquanto Ministério da Saúde, estávamos construindo instrumentos legítimos. Mas igualmente legítimo é entender que devemos às gestões municipais esse passivo de um ano e dois meses para a construção desses instrumentos, o que está sendo debatido, inclusive já tendo sido proposta a competência no ano que vem para depósito desse retroativo dos agentes comunitários de combate às endemias.

Outra coisa: quando a gente fala do depósito do recurso financeiro do agente comunitário de combate às endemias, acontecerá nos próximos dias, referente à competência outubro. Foi o que acabei de falar.

Regras de financiamento municipal. Saiu uma portaria quando se regulamentou o financiamento do agente comunitário de combate às endemias, e alguns municípios mal- informados - não quero acreditar que mal-intencionados - entenderam que o Ministério da Saúde estava colocando teto para agente comunitário de combate às

endemias, porque era uma portaria que definia o teto financiável. E havia município que tinha 100, mas estava com teto financiável 30. Aí, muitos gestores... Conheço alguns que diziam “Não. Eu vou demitir agente comunitário de combate às endemias. Vocês estão dizendo que só posso ter 25 dos 100 que tenho!”

Isso foi um grande erro! Como eu disse, quero entender que foi erro, e não uma ação indevida e com proposições claras contra a categoria e o Ministério da Saúde, porque essa portaria determina teto financiável, ou seja, é quanto o MS vai pagar aos municípios no cumprimento da lei para que eles garantam o piso para vocês.

Então, o que acontece é que, se o município... E nesta regra, na portaria, tinha a seguinte informação: 1º) o teto financiável, que não quer dizer em hipótese alguma que é o teto necessário para as ações de Vigilância em Saúde do município. De jeito nenhum! No teto hoje é recomendado para a Vigilância em Saúde o mínimo de um agente comunitário de combate às endemias por 1.000 habitantes. Isso é recomendação, não é lei! Não existe obrigatoriedade! É uma recomendação para a Vigilância em Saúde, e muitos municípios não cumprem. Mas esse é o cálculo do teto presente atualmente. Essa lei que definiu o quantitativo só está querendo dizer o tanto que é financiável.

Vamos agora a um exemplo que tenho aqui de alguns municípios para alguns gestores que infelizmente não fazem conta. Entendam que a legislação de financiamento do agente comunitário de saúde hoje é melhor e representa dinheiro novo para dar conta do piso de vocês, porque o discurso vazio de dizer que não tem dinheiro se esvai quando a gente faz as contas.

Uma simulação hipotética aqui, dum município de 30 mil habitantes que possui 30 agentes comunitários de combate a endemias, um a cada mil habitantes. Hoje, um município de 30 mil habitantes é financiado pelo Bloco de Vigilância em Saúde em algo em torno de 9 mil reais. O financiamento futuro, que é o que a lei determina e vai acontecer nessa competência em outubro, varia 30 vezes o valor do piso, que daria R\$ 30.420,00. Só que isso vai ser abatido desse dinheiro que se recebia, que eram os 9 mil reais, em até 50%. Significa que os R\$ 30.420,00 mais os R\$ 4.500,00 representam R\$ 34.920,00, ou seja, esse município que recebia R\$ 9.000,00 vai passar a receber R\$ 34.920,00.

Então, pessoal, não há discurso que sustente a história de que o Ministério da Saúde, a partir desta competência que a gente esclareceu, de outubro, não tenha dinheiro! Porque vai ter! Agora, alguém sabe qual é o problema? Quando a gente levanta - e é esta planilha que eu vou passar para vocês -, em vez de ele ter trinta, tem dois. Tem trinta de fato, mas legalmente só tem dois precarizados. Então, só vai receber dois.

Percebam que a gente precisa discutir com os gestores municipais que a desprecarização é importante para o financiamento dele na garantia da lei e do piso de vocês. Esse diálogo precisa acontecer com um pouco mais de frequência, na minha opinião. A gente precisa se aproximar desses gestores para que eles entendam essas contas e ambos possamos, de fato, efetivá-las.

A última informação, para finalizar. Houve uma reunião com Dr. Rogério, que é do Ministério Público, e os municípios que fizeram as demissões de alguns agentes comunitários de endemias, exatamente pela falta de entendimento da legislação, estão hoje, pela recomendação do Ministério da Saúde, impossibilitados de fazer isso novamente. Não só eles vão ter que readmitir, como também qualquer outro município que faça um movimento desta natureza, de demissão, será impedido pelo MP. Isso foi tirado de uma reunião. Qualquer um de vocês que se sinta nessa situação de demissão por esse motivo, procure o Ministério Público.

Hoje Dr. Rogério deixou muito claro, na última reunião que tivemos com ele, que os municípios não têm motivo nenhum, muito menos financeiro, para dizer que os agentes comunitários de endemias não podem ter o piso cumprido e precisam ser demitidos.

Gente, para finalizar quero agradecer mais uma vez a Zé Neto e à Casa pela receptividade. E agradeço especialmente a vocês pelo vosso ouvido. Queria muito ter mais tempo.

Vocês querem que eu fale um pouco do PMAQ, eu falo. Essa questão, sei que estamos com o prazo agora para o dia 30. Existe um movimento legítimo dos sindicatos, das categorias - não só a dos agentes comunitários de saúde, mas também a dos trabalhadores em saúde como um todo -, de terem que forçar o diálogo para a remuneração variável com as gestões para adesão do PMAQ. Como disse, vai acontecer agora dia 30, prazo final, que é segunda-feira. Esse movimento é superinteressante, legítimo e potente, na opinião do Ministério da Saúde, porque o diálogo entre gestor e trabalhador em saúde é fundamental para a qualidade do serviço. E o PMAQ nasceu, entre outras, com esta intenção de fazer com que o trabalhador dialogue com o gestor na perspectiva da remuneração variável, porque esta mobiliza, traz elementos novos para que as equipes se mobilizem em fazer uma gestão e uma produção de cuidados mais eficientes.

E vai uma opinião particular minha. Tira-se o paletó do institucional do Ministério, e vem um ex-gestor. Fui gestor do município. Foi o primeiro que instituiu lei de remuneração variada na Bahia, ou seja, acredito e acho isso fundamental. Mas o diálogo, gente, é muito importante! Sabe por quê? Estava conversando com Cristiano agora. A Bahia só tem 65% de adesão do PMAQ. A gente aderiu 95% no segundo ciclo. O ciclo não é mais de 1 ano, ele representa 2 anos. A não adesão incorrerá em um subfinanciamento da atenção básica do Estado da Bahia de monta sem precedentes na história recente do Sistema Único baiano.

Queria muito pedir a vocês, como entidade de categoria, que forcem o diálogo, conversem, deem prazos, porque o termo de compromisso que retira a equipe da qual, porventura, a gestão faça a adesão sem anuência de vocês, só será cobrado daqui a 6 meses, ele não é cobrado agora, será cobrado quando o avaliador for ao município. Se ele for e vir que a gestão fez a adesão indiscriminadamente, à revelia de vocês, perde-se tudo, devolve-se o dinheiro. Agora, saibam que o prazo do dia 30... não necessariamente vocês precisam negociar até agora, dia 30, vocês podem estender

essa negociação, vocês podem estipular com a gestão um pouco mais de prazo.

Concordo e sou parceiro do diálogo e da atenção, quando necessários. Sobre aqueles gestores que não têm diálogo, infelizmente, não podemos fazer nada. Aqueles que se dispõem pelo menos a conversar, esses precisam pelo menos de um crédito para que possamos construir com um pouco mais de tempo alternativas de financiamento variáveis para os trabalhadores de saúde. Este é um pedido pessoal meu, porque estou muito preocupado, passei, desde que cheguei aqui, junto com Cristiano e todo o apoio institucional, a tentar mobilizar as gestões com esse fim.

Estamos prestes a diminuir quase pela metade o financiamento da atenção básica do Estado da Bahia por falta das adesões municipais. E sabemos que muitos desses movimentos de não adesão são fruto da falta de diálogo. Então, dialoguem, façam esse diálogo, porque vocês têm o poder, vocês estão com os instrumentos do ministério que dão esse poder de negociação a vocês, mas sejam inteligentes, sejam estratégicos em trazer essa perspectiva para o bem comum, não só do gestor da categoria, mas, sobretudo, do usuário.

Gente, eu vou estar aqui na Mesa, teremos mais perguntas, e eu vou poder responder.

Muito obrigado, gente, até daqui a pouco.

Zé Neto, você aqui presente, fiz um agradecimento especial a você no início, faço-o novamente agora, no final, pelo seu empenho, pela categoria, pelos direitos conquistados. Dialogo e concordo muito, e sempre serei parceiro, é só me convidar que eu apareço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Bom-dia, gente, primeiro, me desculpem, eu estava numa missão, porque o ex-presidente Lula ia pousar em Feira, hoje pela manhã, junto com ministro Wagner e o governador Rui Costa, indo para Valente.

Sou Líder do governo aqui na Assembleia Legislativa e eu deveria estar lá, mas eu disse a eles que não iria, pois já tinha marcado este compromisso, e este compromisso eu não desmarcaria por nada. Eles compreenderam, primeiro, porque, além da política, tenho com vocês um laço afetivo muito grande, de carinho, de respeito, de construção. São 23 anos, acho que muitas de vocês não tinham os cabelos pintados ou brancos, porque as mulheres pintam, não é? A gente, não. É uma relação muito bacana, claro, de altos e baixos, de vitórias e derrotas, mais vitórias que derrotas, senão não estaríamos aqui, e eu não tinha como não vir.

Portanto, peço desculpa pelo atraso e ao mesmo tempo agradeço muito ao meu amigo deputado estadual José de Arimatéia, que é uma das grandes personalidades da saúde do nosso Estado e que presidiu por 4 anos a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, hoje é vice-presidente, e tem sido aqui uma figura extremamente envolvida com todas essas questões relacionadas à saúde, como com os idosos, com as crianças e, agora, nas campanhas de aleitamento materno, nas campanhas contra o

câncer. Enfim, queria saudá-lo e agradecer, pois, quando perguntei se poderia me ajudar, ele disse, imediatamente, que participaria independentemente de ser chamado. Acho importante ele ter se envolvido muito com as questões da saúde e quero muito agradecer a ele.

Gostaria de saudar a Mesa. Antônio Carlos, sou eu quem agradece a você. Todo ano fazemos o nosso encontro, e por muitas vezes foi neste espaço que conseguimos nos recompor. Lembro-me de que quando estávamos discutindo o piso, o movimento estava muito fragilizado. Aí chamamos Inéia, Lúcia, o pessoal daqui de Salvador. Depois fomos para o interior, começamos a conversar, nosso amigo Rocão – sempre em movimento, o nosso assessor para todas as coisas do dia a dia – entrou em campo e refizemos aqui aquele encontro, que sempre foi importante. Após um mês, praticamente, era a maior delegação do Brasil lá em Brasília, dando uma demonstração clara do tamanho da Bahia, do tamanho de vocês, do tamanho dessa luta, e qual é a nossa responsabilidade nela. Inclusive, Antônio Carlos, lembro-me muito bem, foi aqui que construímos, junto com o Estado, os 2 grupos de trabalho.

Cristiano formou o grupo de trabalho aqui do Estado, Antônio Carlos saiu daqui e foi aí que nasceu para o Brasil a formação do grupo de trabalho de Brasília, e isto foi fundamental para nós, novamente: fazer com que essa luta não fosse esvaziada. Claro que há uma crise nacional, internacional, e é evidente que vamos agora enfrentar esse panorama, mas isso não vai nos tirar do nosso caminho de luta.

Queria agora encaminhar as falas.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Concedo a palavra a nossa companheira advogada Itana dos Santos Araújo, representante da OAB-Bahia.

A Sr^a ITANA DOS SANTOS ARAÚJO:- Bom-dia, quero de início saudar a Mesa na pessoa do deputado Zé Neto e dizer que ouvi as falas, até este momento, com muita satisfação. Destaco a fala do Dr. Antônio Carlos, pelas explicações e informações elucidativas que nos trouxe, e até certo ponto animadoras, que estimulam que a luta continue e que nós prossigamos em mobilização para poder nos constituirmos. Neste momento, represento aqui o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Luiz Viana Queiroz, que costuma dizer uma frase muito importante cuja veracidade constatamos no dia a dia. Ele diz que, ultimamente, no Brasil, conseguir que se cumpra a lei tem sido um ato revolucionário. Realmente, isso é o que vem acontecendo. Nós conseguimos as conquistas da lei no papel, ela é publicada, mas a execução e a sua eficácia se tornam outra luta.

Gostaria também de registrar que entendo que os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias são a base do Sistema Único de Saúde. Eles estão na base do principal nível de atenção, que é aquele que pode realizar e resolver os maiores problemas de saúde, e neles estão a promoção da saúde e a prevenção, em que a ação dos senhores tem fundamental importância.

Desa forma, eu, que já ouvi bastante as preocupações, inclusive, a colocação feita pelo representante dos usuários, do Conselho Estadual de Saúde e presidente do Conselho Municipal de Salvador, quero ressaltar algo que acho que é muito

importante, além das conquistas de remuneração, de conseguir que seja realmente pago o piso salarial, existem aspectos quanto à saúde do trabalhador que percebo nas minhas caminhadas. Presido a Comissão de Saúde da OAB-Bahia e percebo nessas caminhadas a necessidade de melhores condições de trabalho com relação à proteção individual do trabalhador. Vi aqui rapidamente uma alusão à questão dos EPIs e tenho preocupação com a frequência dos exames de verificação da infecção por larvicida, com essa possibilidade de contaminação.

Por fim, a questão da precarização é antiga. Venho do Ministério Público, onde atuei por 25 anos; ao me aposentar, retornei a OAB e estou ainda nessa luta pela saúde em nome de toda a instituição, que desde 2013 criou essa comissão. Todos os profissionais de saúde, os usuários podem contar – e contam – com a OAB como um parceiro para que se busque a realização e a efetivação das conquistas constitucionais e infralegais. Dessa forma, a precarização traz um risco muito grande, porque se trata de uma categoria. Fiquei assustada com o índice que Dr. Antônio Carlos nos trouxe aqui da Bahia com relação aos agentes de combate à endemia. Já tivemos em Salvador uma epidemia quando os agentes de combate à endemia tinham sido demitidos. Foi preciso que a justiça autorizasse um pagamento por indenização para não agravar o problema da epidemia que já estava em curso.

Dessa forma, é preciso que se veja os agentes comunitários de saúde e combate à endemia como base do sistema, como a capilaridade do sistema e como pessoas que são essenciais no combate à contaminação por vetores, da qual a dengue tomou a cena, ou seja, o *Aedes aegypti* tornou-se o vetor mais combatido e temido, mas ainda temos bolsões enormes no Estado de contaminação por outros vetores.

Dessa forma vim aqui, antedendo ao convite do deputado Zé Neto – ao qual o Dr. Luiz Viana Queiroz mandou agradecer – e trago a informação de que ganhamos a eleição na OAB anteontem, depois de uma disputa sofrida, corrida, de uma campanha árdua, mas continuaremos a mudança que começamos a fazer há três anos, quando fizemos a retomada da articulação e do diálogo com a sociedade.

Assim, quero dizer que a OAB está presente não só na discussão de saúde como na discussão de todos os direitos sociais, dos direitos fundamentais da sociedade e do cidadão, inclusive com a Comissão do Idoso, com a Comissão de Combate à Desigualdade Racial e com uma comissão muito nova e interessante, uma comissão grande e muito forte: Comissão da Verdade sobre a Escravidão, que vai levantar toda a questão dessa mancha que encobre a nossa história.

Muito obrigada a todos, contem com a OAB e vamos adiante, vamos à luta.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Eu queria saudar aqui todos os municípios, saudar os secretários municipais que vieram e as representações dos municípios em nome do prefeito Nei, de Capela. Quero dizer, Nei, da nossa alegria em recebê-lo aqui.

Itana, você é uma página viva e latente em defesa da saúde do nosso Estado, a sua presença aqui muito nos alegra, nos honra e dá, com certeza, a meus companheiros e companheiras um apoio significativo. Eu vi a aflição que foi a ameaça de demissão há dois meses. Eu estive, inclusive, com Nerisvaldo e com a turma de Santo Antônio de Jesus, uma aflição, uma preocupação com as demissões, que agora não vão mais ocorrer, mas tudo isso precisa do apoio jurídico, precisa de luta e de organização.

Está ali o meu amigo Tim. Então, Tim, aquela preocupação que nós tínhamos já está sanada. Daqui a pouco Cristiano vai passar para vocês o panorama, e vejam como foram importantes as mobilizações e as intervenções junto ao Ministério e também ao governo do Estado. Não podemos deixar de salientar aqui que nessa hora Cristiano foi muito importante e contundente. Daqui a pouco, ele vai fazer uma fala importante para vocês.

Quero saudar as cidades que vieram, se eu não citar alguma, vocês me falam. Estamos gravando e vamos passar para o *Youtube* esta assembleia de forma plena. A televisão está transmitindo para a Bahia inteira agora e também através da internet com o *Canal Assembleia*. Quero agradecer ao deputado Marcelo Nilo, presidente da Casa, que nos deu essa deferência para a transmissão ao vivo deste evento.

Saúdo Catu, Crisópolis, Cardeal da Silva, Vera Cruz, Lapão, São Gabriel, Mundo Novo, Irecê, Jussara, Piritiba, Varzedo, Presidente Dutra, Feira de Santana, Muritiba, Valença, Jiquiriçá, Entre Rios, Sapeaçu, Camaçari, Serrinha, Candeias, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Inhambupe, Mutuípe, Antônio Gonçalves, Lamarão, Porto Seguro, Conceição do Almeida, Capela do Alto Alegre, Ituberá, Taperoá, Aratuípe, Nazaré, Muniz Ferreira, Igrapiúna, Dom Mace4do Costa, Nilo Peçanha, Jaguaripe, Esplanada.

Se tiver algum que não citei, vão me dizendo. Saúdo Santo Estêvão, Lençóis, Cruz das Almas, São Sebastião do Passé, Antônio Cardoso.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Vamos ouvir agora o advogado da categoria, Sr. Roque Honorato, que é uma das figuras que representa o nosso movimento em nível nacional. (Palmas.)

O Sr. ROQUE HONORATO:- Bom-dia, companheiros e companheiras. Quero saudar a Mesa, me desculpe o mentor deste grande evento, Zé Neto, e o nosso presidente da Mesa, deputado Arimatéia. Quero saudar a Mesa na pessoa de Cristiano, que é uma pessoa que tem lutado muito por esta categoria, juntamente com o Estado, porque faz parte dela. Ele é coordenador estadual aqui na Bahia. Cristiano, o meu abraço.

“Tudo posso naquele que me fortalece.” Gostaria, entro no ia... Desejo que todos nós fiquemos de pé para render uma homenagem póstuma em sufrágio da alma da colega de Camamu que faleceu de um jeito muito trágico que comove a todos nós, agentes comunitários de saúde e combate às endemias. A todos os seres humanos, enfim.

Vamos ficar de pé por um minuto de silêncio, por favor.

(Todos ficam de pé fazendo um minuto de silêncio pela falecida.)

Que Deus tenha a alma dela e conforte todos os seus familiares e a nós, agentes comunitários de saúde e combate às endemias. Podemo-nos sentar. (Palmas!)

Em primeiro lugar, quero agradecer ao nosso Criador por estarmos aqui, mais uma vez, atendendo um chamado muito importante desta figura ímpar em favor dos agentes comunitários de saúde e combate às endemias, um homem que entrou na luta conosco nos primeiros anos, quando ainda não tínhamos a dimensão deste programa, a dimensão de uma atividade *sui generis* na qual fui uma das pessoas que sempre acreditou juntamente com diversos companheiros e companheiras. E hoje, graças a Deus, estamos aqui.

Com isso, quero me solidarizar com o companheiro presidente do Conselho de Saúde do município de Salvador. Quando fui chegando aqui ao Salão, ele estava falando uma coisa que venho repetindo quase diariamente a respeito das nossas condições de trabalho, o que foi referendado também pela nossa representante da OAB.

Pessoal, vamos colocar na nossa consciência que estamos envelhecendo e adoecendo. O número de agentes comunitários de saúde e combate às endemias que estão nas suas atividades doentes, ninguém tem a condição de fazer uma avaliação concreta.

O nosso companheiro colocou uma coisa: os municípios também não estão renovando os seus quadros. A cada dia que vai passando, nós estamos ampliando a nossa área de atuação. Estamos ampliando, Antônio Carlos, o número de quadrinhos nas nossas fichas de trabalho. É preciso rever isso.

As visitas estão desaparecendo, porque o agente está indo - não é culpa do Ministério, e sim dos próprios municípios, das próprias gestões - para as unidades de saúde. Tem muitos até que gostam, o agente gosta, mas o nosso vínculo foi estabelecido para que estivéssemos dia a dia na nossa comunidade. E hoje é número, não é a qualidade do nosso trabalho. Não é a qualidade!

Vejamos: o programa que hoje é estratégico de agentes comunitários de saúde foi criado para que trabalhasse em cima da mortalidade infantil, morbo maternidade, a mortalidade em maternidades, do sarampo e de outras patologias que temos por aí, trabalhamos muito com elas. E existe uma luta contra determinadas situações que é a insalubridade, e muitos municípios não querem reconhecer. E aí é onde eu faço, aqui, um apelo, para a representante da OAB e que nós tenhamos a coragem de chegarmos, enquanto liderança organizada, ao Ministério Público para levarmos essa mensagem.

Temos muitos enfermeiros que por não querer perder o seu vínculo de trabalho, não querer perder o seu trabalho, trabalham contra o agente comunitário de saúde. Mas, quem abriu o espaço para a ampliação de enfermeiros em todo o Brasil foi o programa de agentes comunitários de saúde.

Portanto, temos muitas coisas que precisamos rever. Mas, uma delas, não vou falar sobre o piso, não vou falar sobre a questão financeira, Antônio Carlos trouxe

aqui uma mensagem muito interessante para fazermos uma reflexão, lá nos nossos municípios. Vamos deixar a nossa vaidade, o nosso ego e vamos partir para aquilo que é concreto. Vamos deixar as nossas divergências de lado e vamos dar as mãos para trabalharmos em cima do que foi colocado aqui pelo representante do Ministério da Saúde, para que as coisas venham a acontecer de fato.

Então, nesse momento, eu peço que a gente se debruce de alguma forma para que haja uma condição de trabalho melhor. Vamos provocar o Sereb, Sesat, seja quem for, vamos provocar para trabalhar em cima disso aí.

Sem mais, quero somente agradecer, mais uma vez, a Zé Neto que atendeu ao apelo do grupo, lá em Santo Antônio de Jesus, há dias, e hoje, graças a Deus, estamos aqui, que é uma coisa que ele faz com muito prazer, todos os anos. E agradecer também à Casa, que cede o espaço para que estejamos aqui reivindicando os nossos direitos. Estamos aqui procurando melhores condições de trabalho, estamos aqui procurando a nossa dignidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Temos mais duas falas e abrimos para cinco perguntas.

Na verdade, nesse tipo de formato, a Casa, inclusive, tem um tempo para a manutenção aberta do Plenário, mas eu pedi ao pessoal para abrimos e quebrarmos um pouquinho a formalidade das audiências públicas. Então, vamos fazer cinco intervenções, e evidente que não vamos perder de vista que vocês estão conversando, hoje, aqui, diretamente com as duas representações máximas, no Brasil; Antônio Carlos representa a discussão diretamente do governo com os agentes comunitários de endemias, e Cristiano é o responsável pela Adab, aqui da Bahia e é quem responde por agentes comunitários de endemias em todo o Estado.

Então, eles quando vêm para o nosso evento, dão uma demonstração clara que muitas coisas não estão na autonomia deles, nem no que podem fazer a parte deles. Mas, há uma demonstração clara de alinhamento a todos esses movimentos que fazemos em torno da melhoria e ampliação dos nossos programas de agentes comunitários de endemias. É importante colocar isso.

Vamos ouvir agora... Eu me lembro dele, porque... Eu não fazia política, e quando comecei, Arimatéia, a trabalhar com os agentes comunitários... Eu fazia porque comecei a trabalhar como advogado, comecei a ganhar dinheiro e eu tinha uma necessidade de fazer movimento social. E no começo não tinha negócio de grana pelo meio, nada, fazia porque gostava de estar ali envolvido com aqueles coletivos, não pensava em fazer política, estou na política há 16, 18 anos e estou nos agentes comunitários há 23 anos. Portanto, foi muito antes da política.

E aí eu me lembro muito dessa figura, que é Nelson, hoje, fazendo o que eu no passado fiz muito, nós saíamos pelo meio do mundo aí criando associação, sindicato,

brigando para que não cobrasse ISS, isso, aquilo e aquilo outro, e foi muito bom. E até aqui eu não tenho nada a dizer, se não agradecer essa caminhada.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com vocês o advogado do Sindicato da Federação Baiana dos Agentes Comunitários de Saúde, Nelson Quadros.

O Sr. NELSON QUADROS:- Bom-dia a todos.

Cumprimento a Mesa em nome do nosso anfitrião, deputado Zé Neto. Agradeço o convite para fazer parte desta sessão especial. Apenas quis fazer uso da palavra, presidente, para dizer que sou admirador do seu trabalho, da sua luta e afinidade com esta categoria. Eu o parabenizo por isso. Sei da sua dedicação, do trabalho que o senhor tem prestado a ela desde longos tempos, quando atuava como advogado acompanhando as lutas e conquistas desses profissionais, os direitos por eles obtidos através do sofrimento, pois sabemos quanto foi difícil a vocês ter conquistado o que hoje conquistaram.

Acho oportuno neste momento nós fazermos uma moção de repúdio aos gestores que não pagam o piso salarial da categoria e uma outra aos que não lhe pagam insalubridade, o que nos obriga, deputado, a ter de ajuizar demandas nas quais o decurso do tempo favorece a gestão pública e prejudica conquistas, atrapalhando que se tornem palpáveis os direitos conquistados pelos agentes.

Nós fazemos parte dessa engrenagem justamente no sentido de tornar palpável um direito que vocês conquistaram, o de olharem no contracheque e dizerem “Esse piso salarial foi o custo do meu sacrifício em Brasília para que ele fosse votado. Esse PCCR que hoje existe também foi o custo do nosso sacrifício.” Mas isso precisa estar presente no contracheque de cada um vocês. São direitos de vocês que nós lutamos para conquistar. Lutamos com todos esses líderes sindicais que aqui estão. O que quero, neste momento, é manifestar a minha profunda admiração por todos vocês.

Admiração por nossos companheiros Roque Honorato, Tobias Albino, de Eunápolis, José Félix, de Teixeira de Freitas, Manoel, de Gandu, Lucivaldo, de Santo Antônio de Jesus, Valmir, de Valença, D. Edméia, Lúcia Gutemberg, Nelson, Valda. Espero não ter esquecido ninguém. Inventei de falar os nomes! Mas, enfim, são todos guerreiros, todos que são líderes sindicais e estão à frente desses movimentos. Tenho profunda admiração por pessoas que assumem este compromisso, este comprometimento de botar o peito na frente para defender esta categoria.

Então, agora quero anunciar que a Bahia está próxima de ter aprovado seu primeiro PCCR, o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do município de Eunápolis, o qual está sendo votado e aprovado na semana que vem. Quero uma salva de palmas para Eunápolis, que certamente vai servir de modelo e exemplo para que os demais municípios assim também procedam. (Palmas!)

Não é fácil a luta que temos tido. Imagine, deputado, que atuamos hoje em quase 100 municípios da Bahia, o que representa quase 25% dos municípios baianos. E encontramos os mais diversos tipos de gestores. Gestores que têm comprometimento com a categoria, mas também gestores que não se importam. E temos de repudiar o gestor que não valoriza o trabalhador, o servidor público. Que

não valoriza esta categoria que tanta importância tem no cenário nacional por ser ela a primeira a cuidar da saúde da população. É a categoria que está à frente prevenindo através de procedimentos educativos, levando informação ao povo. É a primeira que cuida da saúde pública. Então, acho que a gestão especialmente tem de respeitar e valorizar o trabalho exercido por esses trabalhadores.

Quero dizer que estamos aqui constantemente, embora diante de tantas dificuldades que nosso Tribunal de Justiça nos impõe na falta de juízes, nas dificuldades perante as Comarcas, no abarrotamento de processos. Mas não vamos desistir. Queremos dizer a todos que está a valer a pena todo o trabalho que nós temos feito juntamente com os sindicatos. Clamo a todos vocês que valorizem e fortaleçam seus sindicatos, estejam presentes, apoiando os seus líderes sindicais para que possamos obter ainda mais conquistas. Quero parabenizar e agradecer a presença de todos nesse evento, especialmente a organização do deputado Zé Neto e da nossa companheira, Dr^a Laís Miranda, que também presta um trabalho admirável perante essa categoria.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Vamos ouvir agora o representante do governador do Estado e do secretário da Saúde, Fábio Lisboa, neste evento, o nosso amigo José Cristiano Soster. (Palmas.)

O Sr. JOSÉ CRISTIANO SOSTER:- Bom-dia a todos e a todas.

Primeiro, gostaria de saudar o nosso Exm^o Deputado José de Arimatéia, por ter nos acolhido e conduzido a Mesa até a chegada do Ilm^o Deputado e amigo Zé Neto, companheiro de lutas e parceiro de várias outras ações, é uma honra para mim estar aqui com ele. Deputado Zé Neto, acho que já conversamos em vários outros momentos, sabemos o quanto está sendo dura a vida política. Até pela condição que ela impõe, até pela condição que a nossa sociedade nos julga, mas ninguém pode colocar nada em relação a sua trajetória. Até porque V.Ex^a tem demonstrado em ações, e vocês aqui sabem melhor que ninguém, o quanto é grande a dedicação do deputado para que as famílias dos 25.986 agentes comunitários de saúde fossem transformadas na Bahia. Sabemos que isso se deu no Brasil também. Porque sabemos que foi esse grupo, capitaneado por você, por seu Roque, pelo Sindax, pela Febax, por todas as instituições, que conseguiram levar ao Brasil a proposta de despreciação. Muito obrigado, Zé Neto, por ter transformado a vida dessas pessoas, por ter feito a boa política que faz com que acreditemos em pessoas e instituições públicas.

Hoje Zé Neto é uma instituição pública que faz, que carrega toda a sua equipe para levar direito às pessoas. Isso é que faz a trajetória de um político ser diferenciada de qualquer outra. Você sabe que tem o meu apoio, tem o apoio de todos os que estão aqui presentes, devido a sua trajetória e compromisso com todos nós. Muito obrigado. Eu, como pessoa, tenho muito a agradecer por toda essa história e pelo que você tem feito para essa categoria.

Eu gostaria também de agradecer essa oportunidade de falar aqui, diante de uma mesa, que não é só uma mesa, para que vocês saibam. Essa mesa conta a história da desprecarização na Bahia e também fala do que o Brasil acabou sendo influenciado. A Dr^a Itana Viana é uma pessoa que fez parte de todo o processo de desprecarização na Bahia, quando esteve no Ministério Público nos apoiou, instruiu e fez com que aquilo que muitos não acreditavam tivesse a consistência da representação do Ministério Público. Temos muito o que agradecer a ela.

Temos aqui presente o Sr. Roque e é sempre importante ressaltarmos, até porque seu Roque tem na sua história todo o DNA dos agentes comunitários de saúde. Falarmos de agente comunitário de saúde, – nós que combatemos endemias – , sem citar Roque Honorato é no mínimo uma falta de conhecimento sobre a história, trajetória, direitos garantidos, militância, organização de uma categoria que consegue fazer com que cada um de vocês se sinta representado por ele, e a gente vê isso toda vez que ele está em qualquer espaço em que tenha debate, tenha luta, porque ele não se exime de nenhum debate e de nenhum espaço de luta. Então a gente tem muito a agradecer ao Sr. Roque Honorato.

Bom, gostaria de estender os agradecimentos a todos aqui na figura do Sr. Roque Honorato e, principalmente, agradecer a cada uma, a cada um de vocês.

A minha trajetória com vocês é muito recente frente a tudo o que vocês já fizeram, eu só me engajei, tendo certeza daquilo que a gente buscava.

A minha fala não tem apresentação. Vim aqui, hoje, para tentar trazer uma análise de conjuntura extremamente importante para que comecemos a pensar na estruturação de uma política de atenção básica para o futuro, considerando toda a situação do agente comunitário de saúde e do agente de combate às endemias.

É da minha característica não lutar por dinheiro, porque dinheiro para mim é um objeto. No momento em que uma categoria pensar em buscar ganhos pelo próprio ganho, estará fadada sempre ao retrocesso; porque todos nós aqui sabemos o quanto é danosa a questão do capital. Todos nós sabemos do quanto esse dinheiro acaba deturpando muito a nossa ação. Agora, ele é necessário? Com certeza. Na nossa sociedade capitalista ele é necessário e a gente precisa ter clareza também de que ele é uma forma de remuneração pelo nosso trabalho, mas ele não diz tudo o que a gente faz. Então, ele não nos serve enquanto representação daquilo que é o nosso trabalho.

O que representa então o nosso trabalho? O que é que faz com que a gente consiga, digamos, sentir-se feliz com o nosso trabalho? Aí foi muito do que o Sr. Roque colocou sobre garantia de saúde, garantia de equipamento que nos dê segurança, que nos dê qualidade de vida. Isso quer dizer muito sobre a necessidade de se discutir planos de cargos, carreiras e salários adequados à condição de cada um de vocês. O Estado se colocou nessa discussão. Temos ainda um GT que existe, só que para deixar muito claro para todos vocês, a gente teve uma pausa para discutir o piso dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. Então isso é um alerta para que a gente possa, e que vocês também saibam daquilo que a categoria de vocês deseja, é um piso, é um plano, são condições de saúde. E aí o

diálogo com a representação de vocês é necessário.

Para além disso, a nossa conjuntura mundial hoje aponta – eu vou falar de mundial, porque é a condição nossa – para a remissão de doenças que são contagiosas, que são vírus, que são bactérias multirresistentes, que são doenças que acontecem na África e estão cada vez mais próximas da gente.

Alguém discutia aqui Zika há 3, 4 anos? Alguém discutia Chikungunya? Não, mas a gente sabia que na Europa, que na África havia inúmeros casos e que isso em algum momento poderia chegar ao Brasil. O Ebola, que ainda não chegou de forma tão potente como acontece na África, mas a gente já teve casos pesquisados, nada ainda confirmado.

Então, o que é que isso nos leva? A uma transição epidemiológica como a gente precisa. E qual é a melhor ação? A prevenção. E como se previne esse tipo de doença? Através do trabalho dos agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias. Para além disso, a nossa população está envelhecendo e todas aquelas situações de câncer que podem ser prevenidos e controlados e podem ser diagnosticados de forma precoce, todas as doenças relacionadas ao comportamento das pessoas, seja pelo abuso de drogas, pelo excesso de açúcar, seja a forma de alimentação de cada pessoa, isso está evidente e demonstrado em indicadores. E todos vocês sabem da implicação do trabalho de cada um, por que estou colocando isso? Para dizer para vocês que está em debate na política nacional de atenção básica, está sendo revista qual é que será o modelo adotado daqui para adiante. Com o agente comunitário de saúde, sem o agente comunitário de saúde, uma condição mista de como vamos estruturar essa atenção básica. É isso que está em debate.

Temos a 15ª Conferência Nacional de Saúde, dia 1º ao dia 4 em Brasília, sou delegado do Estado da Bahia, devem ter outros delegados aqui, há pessoas que participaram da Conferência Estadual de Saúde e precisamos levar para essa conferência um debate qualificado, um debate que possa mostrar qual é a posição dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. Precisamos dizer para o Brasil qual é a importância desses trabalhadores frente a essa nova condição epidemiológica e à nova condição de saúde e doença dos trabalhadores e dos cidadãos brasileiros.

Coloco isso para vocês porque quando discutimos com gestores vemos muita reclamação sobre a atuação de trabalhadores da saúde, não só agentes comunitários de saúde mas quando o debate é sobre piso, isso se traz de uma força muito grande. E os indicadores infelizmente trazem também um problema na atuação dos trabalhadores, dos agentes comunitários de saúde, dos agentes de combate às endemias. Estou trazendo isso de forma franca porque sei que nem todo indicador traz a realidade e sei que nem todo trabalhador pode ser incluído nessa condição.

Trago esse debate porque precisamos, enquanto trabalhadores da saúde, mostrar a nossa importância e mostrar também que a condição de remuneração é necessária, mas ela é só o piso, é só a base. Existe uma discussão acima desse piso a ser feita. Para além disso, o que temos acenado no Ministério da Saúde é que, sim, o Ministério

da Saúde paga aquilo que se estabelece na lei para os agentes comunitários de saúde. E a partir desse mês começa a pagar aquilo que está na legislação para os agentes de combate às endemias. Toda demissão de agente de combate à endemias ou agentes comunitários de saúde está proibida. E além disso qual é o elemento de proibição? Uma das condições que o Ministro da Saúde colocou para todo o Brasil.

O Brasil está em situação de emergência de saúde pública de interesse nacional devido à microcefalia. Isso aponta uma condição de que não podemos desestruturar a rede de prevenção, ou seja, de atenção básica com demissões. Esse é um posicionamento muito claro que devemos ter como gestores responsáveis por isso e, como trabalhadores, devemos exigir o cuidado com a nossa população e com o vínculo que temos com essa comunidade.

Então, isso traz uma perspectiva muito clara de que agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias precisam lutar pelos seus direitos, mas que esse direito não seja por míseras notas, dinheiro, cifra. Nós precisamos entender que esta luta de direito fala sobre qualidade de vida e em perspectiva de crescimento na profissão.

Isso só se dá com o plano de cargos, carreiras e salários.

De outra forma, quanto ao piso, ele pode se estagnar em uma condição financeira com qual nós estamos. E isso é um problema muito sério.

Bem, para além disso, fica muito claro o recado de que nós precisamos resgatar a nossa ação preventiva e de cuidado da população, porque nós estamos incluídos nesta população.

Para além disso, existe o apontamento do Ministério da Saúde que, sim, nós devemos cobrar dos gestores. Esta é uma condição que o Ministério da Saúde está dando para esses municípios.

E, para além disso, fica mais claro ainda a necessidade de organização dos trabalhadores, pois, sem organização e sem luta, não existe conquista de direito dos trabalhadores.

Com isso, finalizo a minha fala, Zé Neto.

Agradeço a presença de Marcos Antônio, presidente do Conselho Municipal de Saúde, que está travando um debate muito grande aqui no município, principalmente porque os agentes comunitários de saúde estão sendo deslocados de áreas deixando um espaço vazio em suas comunidades sem uma proposta assistencial para essas mesmas comunidades.

Então agradeço o convite e, ao mesmo tempo, reforço este coro, junto a Marco Antônio, pois ele é um lutador.

Agradeço a todos vocês toda esta luta e todo este espaço de poder debater com vocês.

Muito obrigado, Zé Neto. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Boa notícia! Nós temos a boa notícia de que não há mais sentido as ameaças de demissão! Os recursos estão em folha. Este mês regulariza tudo.

Há outra questão importante. Cristiano, você colocou a questão da despreciação. Edméia, nós temos um desafio, aqui na Bahia, com relação às agências de endemias, porque os dados, colocados por Cristiano há pouco, são de 25%, ainda, o número de regularização dos agentes de combate à endemias dentro do sistema.

Então, precisamos ajustar isso. Precisamos, ainda, saber onde há preciação. Precisamos saber o que falta para que esses agentes de endemia sejam regularizados em seus municípios e sejam lançados, efetivamente, no sistema nacional. Isso tem de ser feito, gente.

Inclusive, eu quero colocar, aqui, que a nossa galega Laís está à disposição tanto do seu trabalho lá, Nelson, como no da federação para que se lance um processo mais efetivo, qual seja, o de levar; e, aqui, Itana pode ajudar-nos com a OAB para levar ao conhecimento ao Ministério Público do Estado da Bahia e ao Ministério Público Federal.

Temos de pegar cada gancho. E, sobre esse aspecto, nós fomos centrando fogo nos pisos e centrando fogo no plano de carreira. Aí, de repente, quando paramos para ver como estava o sistema, como estava a regularização no sistema, vimos que, evidentemente, não quer dizer que, com isso, esteja, na realidade e na prática, essa preciação.

Mas, o fato é que nós não temos esse controle em função disso. Precisamos, efetivamente, fazer as duas coisas, quais sejam, fazer com que o controle seja melhorado e, daí, ter uma noção lógica do que precisamos fazer urgente. E isso, aí, é agora.

Passarei às perguntas feitas pelas pessoas presentes na plenária.

Mas peço aos senhores objetividade nas respostas, porque o tempo já se esgotou.

Os funcionários desta Casa só estão aqui por conta de nós estarmos, também, aqui. Quero agradecer a todos os funcionários da Casa, inclusive a televisão, porque abriu um pouco mais de espaço para nós. Mas não podemos exagerar. Vamos ver se falamos um pouquinho rápido e fazemos as perguntas objetivas.

Ainda teremos as falas de Edméia, Ana Paula e Conceição.

Edméia, eu farei logo as duas perguntas escritas. A gente já encerra isso e vai para as três perguntas.

São duas perguntas para você, Cristiano. As perguntas são. Quanto à redução de carga horária, isso prejudica o servidor do município? Há, aí, as questões do corte de insalubridade, dos cortes do auxílio-alimentação e do corte da redução da anuidade e da licença?

Então tanto Antônio Carlos quanto Cristiano pode responde a essas duas

perguntas. Há outra pergunta.

Quanto aos agentes comunitários de saúde graduados, eles podem ser preceptores do Grada-SUS, segundo a Portaria nº 1.328, de 08 de setembro de 2015? Em outras palavras, os trabalhadores de nível superior, vinculados à gestão, podem ser preceptores do Grada-SUS conforme o edital?

Essas perguntas são para vocês dois. Um responde uma e o outro responde a outra. Assim, nós já encerramos a fase de respostas a essas perguntas.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com a palavra o Sr. José Cristiano de Souza para responder às perguntas.

O Sr. JOSÉ CRISTIANO DE SOUZA:- No que diz respeito à redução da carga horária, o município tem autonomia em relação ao vínculo estabelecido com esse agente comunitário de saúde. Esta é a relação trabalhista que ele tem. Contudo existe uma lei que estabelece que a atividade do agente comunitário de saúde tem carga horária de 40 horas. Este é um implicador, pois isso é algo que o procurador do município deveria estar atentado a isso.

A outra coisa se refere à questão do incentivo que é recebido pelo Ministério da Saúde, pois o Ministério da Saúde deixa claro que o incentivo só é pago para os agentes comunitários de saúde que têm vínculo e que atuam 40 horas. Em outras palavras, existe, sim, a possibilidade de perda do incentivo por parte do Ministério da Saúde.

Vejam, uma coisa é uma coisa. Outra coisa é outra coisa.

Uma coisa é o incentivo de recursos do Ministério da Saúde.

Outra coisa é a relação trabalhista estabelecida pelo município.

Então, só quero deixar claro isso.

Quanto à questão do corte de insalubridade, isso é algo que o próprio trabalhador pode acionar tanto o sindicato quanto o Ministério Público do Trabalho para que se possa, inclusive, fazer a avaliação da sua condição de trabalho e estabelecer os padrões de insalubridade; caso ele tenha esta exposição a risco. Isso é importante.

O auxílio-alimentação faz parte da condição do contrato estabelecido por esse município. Alguns municípios têm essa previsão em seu contrato. Se existe esse direito para outros trabalhadores, a gente, também, tem esse direito como integrante do quadro. Então acho que fica muito nesse sentido.

Só queria fazer, na verdade, uma pontuação.

Estamos em vários municípios que estão estabelecendo leis municipais de redução da carga horária. Então é importante não fazer este tipo de legislação de forma açodada ou às pressas. É preciso fazer estudos e algumas consultas. É necessário, inclusive, que se pese muito bem a questão do quanto isso pode implicar. Até porque isso não se dá, apenas, com os agentes comunitários de saúde mas também com a categoria dos enfermeiros, entre outras.

Queria colocar isso só para que a gente tenha este cuidado também.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Quero convidar, para compor a Mesa, este colega que é uma referência na luta da saúde em nosso Estado e no País, pois ele foi um dos grandes companheiros nossos, aqui no Estado da Bahia, em demandas municipais, estaduais e federais. Ele esteve como secretário-executivo do Ministério da Saúde e é um grande aliado nosso e muito valioso em toda a nossa caminhada.

Para compor a Mesa e, ao mesmo tempo, fazer a sua fala, convido o nosso amigo e deputado federal Jorge Solla. (Muitas palmas.)

O Sr. JORGE SOLLA:- Muito obrigado.

Bom-dia a todos e a todas. Quero saudar todos os agentes de saúde presentes, agentes comunitários e agente de endemias, e os companheiros de longas datas da luta em defesa do Sistema Único de Saúde. Parabenizo a iniciativa da Assembleia Legislativa e dos deputados Zé Neto e José de Arimatéia, parceiros da luta em defesa do SUS. Cumprimento a Dr^a Itana, os companheiros da organização dos agentes comunitários, da Sesab e do Ministério da Saúde e os demais participantes. Não tomarei muito o tempo de vocês.

Primeiro gostaria de justificar, deputado Zé Neto, deputado José de Arimatéia, o meu atraso. Hoje, estamos comemorando 105 anos da Maternidade Climério de Oliveira, um grande patrimônio da assistência de saúde do nosso Estado. Tivemos uma reunião com o presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh – que é responsável, hoje, pela gestão dos hospitais universitários, para tentarmos avançar no projeto de construção do novo prédio da Climério de Oliveira, e ficamos presos nessa reunião, nessa atividade.

Este momento – eu diria a vocês – é especial para a continuidade da luta dos agentes comunitários e dos agentes de endemias. Recentemente vocês conquistaram mais um passo importante, a aprovação do piso, mas, como – recentemente tive a oportunidade de conversar com vários representantes na Câmara de Deputados –, no final de 2006, foi aprovada a regulamentação da profissão, tivemos de desenvolver uma série de mecanismos... A mobilização, a articulação, inclusive, aqui, na Bahia, serviu de referência para outros Estados, Dr^a Itana, porque foi o Estado que mais avançou na regularização da contratação dos agentes de saúde.

É bom lembrar essa experiência, porque ela foi importante. Foi na mobilização junto com o Ministério Público Estadual, com o Ministério Público do Trabalho, com os representantes dos prefeitos, com os secretários municipais e com os agentes de endemias que conseguimos construir um projeto de lei. E nós conseguimos fazer com que todas as Câmaras de Vereadores aprovassem esse projeto, regularizassem a situação. Esse trabalho serviu como referência para o Ministério da Saúde para apontar o caminho para outros Estados.

Da mesma forma, acho que devemos encarar a situação do piso salarial. Foi

uma conquista a aprovação da Lei do Piso, mas ela não se viabiliza em todos municípios automaticamente. Infelizmente, temos uma luta para criar um aparato legal e temos uma outra luta para implementá-lo.

Desse modo, quero colocar o nosso mandato à disposição, para que a gente possa, contando com o apoio dos diversos parceiros que contribuíram para que tivéssemos o sucesso que tivemos na regularização da contratação dos agentes, ter conquistas importantes, fundamentais e imprescindíveis na viabilização do piso para todos os municípios do nosso Estado.

Estamos num momento muito importante, porque se aproxima a Conferência Nacional de Saúde, que acontecerá na próxima semana, dia 1º. Sei que muitos de vocês saíram como delegados e que muitos de vocês estão na mobilização. Eu acredito, gente... Quero fazer um grande apelo para vocês: não dá para pensarmos a luta dos agentes de saúde separada da luta geral de defesa do Sistema Único de Saúde. Estamos vivendo um momento muito difícil no SUS, de dificuldade no financiamento. Nós estamos com um grande risco de, no mês de dezembro, o Ministério da Saúde não ter recursos para repassar para os Estados e municípios.

Esta semana, deputado Zé Neto, deputado José de Arimatéia, tivemos uma reunião da Comissão de Seguridade Social com o relator que está encarregado de se debruçar sobre o orçamento do próximo ano e saí da reunião muito preocupado. Porque a posição do relator, Drª Itana, pasmem, é cortar recursos do Bolsa Família, é não colocar um tostão a mais para a saúde, além do que a PEC que foi aprovada estabeleceu. Significa que se prevalecer a vontade do relator, vamos perder mais de 10 bilhões do Bolsa Família, ou seja, milhares e milhares de famílias perderão o benefício. E mais, é bom lembrar que no Bolsa Família não é só quem recebe que é beneficiado. Porque esse dinheiro circula no pequeno município, no comércio local, gerando emprego e distribuindo renda. Não teremos recursos para manter o que temos na saúde. Não é para aumentar, é para manter. O orçamento para o ano que vem não chega ao mês de outubro, viabilizando o pouco que temos hoje.

É uma situação crítica que temos que mobilizar todos os esforços, dia 1º, à tarde, às 16h, sairá um grande ato público, em Brasília, partindo da Catedral até o Congresso Nacional em defesa do SUS, exigindo a melhoria do financiamento da saúde, exigindo a prioridade que a saúde precisa ter, exigindo a prioridade que o Sistema Único de Saúde precisa ter em nosso País.

Eu queria compartilhar com vocês essa luta, convocar todos os agentes para a luta mais global de defesa do SUS, de melhoria do financiamento e mais uma vez colocar o nosso desejo de que juntos continuemos no caminho das conquistas tão importantes para toda a categoria e para a saúde da nossa população.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Antônio Carlos, por favor, responda as

perguntas escritas para que Ediméia possa falar com mais tranquilidade.

O Sr. Antônio Carlos: - Serei rápido. Com relação ao PET-Saúde/GrasualSUS, um edital no qual os municípios e universidades regulamentam a inserção de preceptoria no campo de estágio, na atenção básica, e a única exigência do edital é que seja profissional de saúde e de nível superior. Ou seja, agente comunitário com nível superior pode, sim, ser preceptor.

Sobre o regimento estabelecido no Ministério do Município, celetista ou estatutário, o celetista não está impedido de receber o repasse do AFC, a partir de dezembro. Se ele tiver vínculo direto, não. Ele tem que ter uma relação direta pública com a gestão municipal. A forma, se é estatutário ou celetista, não tem problema. Você só não pode ser terceirizado e celetista, aí não será financiado.

A última, em relação ao material que eu trouxe, tanto a minha apresentação quanto as duas planilhas de agente comunitário e de endemias, vou deixar com a assessoria de Zé Neto e disponibilizar para vocês.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Vou colocar no Face e no site e passaremos para o deputado Arimatéia e Cristiano.

O Sr. Néelson Quadros:- Foi perguntado sobre o que poderia ser feito em relação ao município de Jiquiriçá que não repassa os salários mensais em dia. Esta semana já fizemos o ajuizamento de uma ação ordinária de cobrança do piso salarial, demonstrando os repasses do fundo a fundo e embora a União já tenha procedido os repasses o município retarda em até 15 dias. E pedimos liminarmente que o juiz determinasse o retardo em até 15 dias para o município de Jiquiriçá, que fosse pago até o quinto dia útil de cada mês.

Na verdade, demonstramos que via de regra a União já faz o repasse até o dia 30 de um mês e não justifica o município demorar até o dia 10, 12 ou 15 do mês subsequente para fazer o pagamento. Então, já temos esse procedimento por via judicial e pedimos a antecipação de tutela para agilizar essa determinação do cumprimento do piso no prazo de até no máximo o quinto dia útil de cada mês.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Pessoal, as perguntas devem ser objetivas e direcionadas para determinada pessoa da Mesa.

Edméia, pode falar.

A Sr^a Edméia Gonçalves:- Bem, temos uma dúvida muito grande, Antônio Carlos, há mais ou menos 60 dias, nós nos reunimos no prédio do Ministério da Saúde em razão daquela Portaria que dizia que o financiamento do Ministério para cada município diminuía o número de agentes de combates às endemias. Houve vários entendimentos, inclusive de demissões. Temos a realidade do município de Governador Mangabeira, que demitiu agentes de combate às endemias logo depois da Portaria. Isso é realidade.

Na conversa Eider e com toda a equipe que participou da formatação daquela portaria, tem uma coisa que não compreendemos, por mais explicação que dêem. O formato do recurso financeiro disponibilizado para o ACE é diferenciado dos agentes

comunitários de saúde, sendo que se tem um número de funcionários que estão sendo registrados no Sines, e o ministério não faz da mesma forma que faz com o agente comunitário. O município vai continuar dizendo que não tem recurso. É o que passam para nós, abrem o extrato e dizem que o que vem para combate das endemias não é para pagamento de funcionários, é para as ações. Não é isso que ouvimos sempre que vamos? E quando fazem as contas, dizem “está vendo que não bate? O município não tem condição de bancar”. Isso foi o que Ênio, de Serrinha, acabou de perguntar: “o que fazer com os municípios que continuam não pagando o piso aos agentes comunitários?” Eu digo, Ênio: Ministério Público!

Gostaria de saber, Antônio Carlos, qual o formato feito para os agentes de combate às endemias para que o governo só financie um número, que a nosso ver é insuficiente para que se mantenha num momento tão trágico como o que vivemos no nosso Brasil com relação às doenças endêmicas? Essa é a nossa pergunta.

E outro problema ainda mais grave. Hoje, no País, o governo não tem ideia do quantitativo de agentes de combate às endemias. Sabe quantos agentes comunitários têm, pois são registrados, e eles estão pedindo aos municípios para que registrem os seus agentes de endemias, pois o Brasil hoje não sabe o quantitativo exato de agentes de combate às endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Vamos fazer só um bloco, Ana Paula, Conceição e Evandro. Encerramos as perguntas, a Mesa responde, e eu termino com vocês. Por favor, Ana Paula.

A Sr^a Ana Paula:- Bom-dia a todos e todas. Quero agradecer à Deus por estar aqui neste momento, sendo menos uma na estatística. De manhã, quando eu estava vindo para cá, Zé Neto, tive uma arma apontada para minha cabeça, por isso me atrasei um pouco. Já fui em três delegacias, mas estão em greve. Sabem o transtorno que é. Infelizmente nossa Polícia Civil está em greve, e a Polícia Militar não tem como resolver. Quero agradecer imensamente a Deus por estar aqui hoje. Saí ontem do Estado de Alagoas às 2 horas da tarde especialmente, Zé Neto, para estar nesta sessão especial, acredite. Acredito nesse trabalho que você proporciona, nessa sessão especial que você sempre faz. Acredito nesse trabalho que cada um que está aqui, nessa Mesa, representa, no interesse de vocês, no empenho em ajudar nossa categoria.

Hoje, nós, agentes de saúde, somos a categoria mais organizada do Brasil. Somos referência no País em termos de organização e união. Mas falta o Poder Público nos respeitar mais, no olhar mais.

Nós estamos discutindo a questão do Piso, que é importante. Mas não vou entrar mais nessa questão que já foi citada. Mas o que me preocupa é a luta pelo Piso, a luta pelas condições financeiras, mas depois, quem lutará por nós na questão do assédio moral que vamos sofrer por conta dessa conquista? Nós já estamos sofrendo até mesmo antes desse dinheiro chegar em nossas mãos.

Estamos também com a preocupação muito grande, no Estado da Bahia, sobre a questão da mudança desses produtos. Ao longo de cinco anos, já tivemos três mudanças de produtos, da larvicida que, segundo a Organização Mundial da Saúde,

teríamos que ter, no mínimo, 40 horas, Zé Neto, de carga horária de treinamento, e nós temos apenas uma hora e meia, duas horas de treinamento. Quando tem.

Então eu pergunto qual a capacitação que eu tenho para laborar um produto larvicida que está sendo manuseado na casa das pessoas? São doenças e doenças que estão aparecendo, endemias que estão aparecendo, índices aumentando, e a culpa só é do agente de saúde.

Também gostaria de perguntar ao... Nós trabalhávamos com Temofós, que é o conhecido Abate. Para mim, como profissional de 14 anos, foi o que mais teve eficácia até hoje. Se eu tiver mentindo aqui, não sei se vocês concordam comigo. Depois mudou para o Diflubenzuron, depois o Novaluron. E agora Pyriproxifen. Se eu falei errado, alguém me corrija.

Esses produtos, Zé Neto, que chegaram depois, a gente foi treinado em uma hora e meia a duas horas, a maioria dos agentes de saúde não sabe laborar com esses produtos nas residências. Estou mentindo?

(A plateia responde: Não.)

No dia em que um morador entrar na Justiça e alegar que algum problema de saúde aconteceu após a visita de um agente de saúde, nós vamos ser penalizados, porque nós não temos uma certificação do treinamento que nós tomamos. Eu quero chamar a atenção aqui do Ministério Público, do Ministério da Saúde, para que seja feito de perto um acompanhamento com os Centros de Controle das Zoonoses dos municípios acerca dessas mudanças dos produtos, junto com a Vigilância Sanitária, a fim de ver se nós não estamos sendo usados como cobaias, fazendo testes de produtos, se servem, se não servem, quem é que vai ganhara licitação.

Nós aqui somos profissionais, não devemos ser usados e não podemos também aceitar ser usados. A maioria de nós já trabalhou com esses outros produtos e sabe que eles não têm eficácia nenhuma. A gente coloca o produto, volta com uma semana e a larva está lá viva.

Estou mentindo, gente?

(A plateia responde: Não.)

Acho que vocês que lutam tanto por nós, que são do poder público, têm que tomar conhecimento disso. (palmas da plateia.) Não adianta vocês lutarem tanto por nós, Zé Neto, e vocês também não verem o resultado e acharem que somos nós que não estamos fazendo a nossa parte. Estamos preocupados também com a questão dos agentes de saúde que hoje estão trabalhando em desvio de função, assumindo função de supervisor, de coordenador, supervisor de área, sem serem remunerados, sem serem nomeados pelo município e isso também vai afetar na demissão futura desses agentes de saúde. Essa é uma preocupação muito grande que nós em Salvador temos um quadro de quase 300 agentes de saúde trabalhando em desvio de função, e eles não sabem que futuramente vão-se prejudicar por conta de não terem sido nomeados em Diário Oficial.

Para finalizar, eu gostaria de falar aqui do índice de infestação, como falei aqui,

que vem aumentando. Nós, desde 2005, que não fazemos um LI 100%. O que acontece? A gente trabalha a cada 10 imóveis. Você entra de 10 em 10 casas, se nove casas estiverem focadas, você só vai mandar para o Ministério da Saúde o índice daquela décima casa. Se achar, se não achar, aquelas outras nove que ficaram para trás... Então acho que está na hora de rever tudo isso e ver se não é daí que está saindo essa questão dessa epidemia, do aumento desses índices.

Eu estou aqui preocupada como profissional com a questão salarial, mas estou preocupada também com a eficácia do trabalho. Não adianta eu ganhar bem e eu não poder dar qualidade de vida e de saúde para a população. As pessoas não acreditarem em nosso trabalho.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Ana Paula, está bom...

A Sr^a Ana Paula:- Está bom? Obrigada, eu peço desculpas, é porque acho o momento importante e oportuno, Zé Neto. Quero agradecer por você estar ao longo dos 30 anos lutando por nossa categoria e agradecer a toda a Mesa, pedir desculpas, mas acho que este é o momento que a gente tem que desabafar. Quero deixar aqui, gente, o meu repúdio contra a Prefeitura de Salvador, que está pegando todos os agentes comunitários das unidades básicas de saúde, tirando, deixando as famílias descobertas para tapar o buraco da atenção básica. Tomem cuidado que isso vai acontecer no município de vocês também. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Conceição e Ivandro.

A Sr^a Conceição:- Bom-dia! Bom dia, meus colegas, que Deus nos abençoe neste dia! Eu quero assim saudar a Mesa nas pessoas do deputado José de Arimatéia, do deputado Jorge Solla, do deputado Zé Neto e da minha presidente da Federação, Ednéia.

Obrigada por vocês estarem aqui! Por vocês acreditarem que nós, juntos, somos fortes!

Obrigada pela presença dos agentes comunitários e dos agentes de endemias que saíram de tão longe! Eu sou Conceição, vice-presidente do Sindacs-Feira, e moro em Feira de Santana. O meu presidente não pôde estar aqui nesta manhã, mas a minha galera de Feira de Santana está aqui, comigo. Eu agradeço a você que veio de longe para estar aqui.

Vou falar pouquinho, porque já estou contemplada com algumas palavras ditas por Ana Paula.

Quero fazer um pedido às 3 esferas de governo – a tripartite –, ao Município, ao Estado e à União. Tenham um olhar especial para esses profissionais! Temos uma gama enorme de profissionais doentes, como já foi dito aqui. Precisamos do poder público, deputado Zé Neto, para fazer alguma coisa pelos nossos profissionais. Eu estou indignada, porque temos profissionais – vou falar pelo meu município – que estão doentes, sem condições para trabalhar, mas, infelizmente, vem um perito, acredito que não é um ser humano, e dá alta para que o profissional retorne ao trabalho sem nenhuma condição.

Precisamos que os Municípios, o Estado e a União olhem para os nossos profissionais. Eu tenho agentes comunitários de saúde sequelados! Agentes de saúde que tiveram hanseníase, tuberculose e câncer de pele. Depois, vem um profissional desumano e coloca esses profissionais para trabalhar, porque não podem ser reabilitados, não podem exercer outra função. Pelo amor de Deus, mudem isso!

O agente comunitário não pode morar em outro lugar! Vários agentes comunitários de Feira de Santana e de outros municípios são prejudicados, porque têm que morar na microárea. Foi o que eles mais me pediram: “Conceição, fale isso lá”!

“Eu vou me casar. Moro em um bairro e não posso mudar para outro. Tenho que continuar trabalhando e morando na mesma microárea.” Vamos mudar isso! Peço a vocês que tenham um olhar diferente para esses profissionais. Certo?

Outra coisa: precisamos de fiscalização. As leis estão sendo aprovadas a favor da categoria de ACE, mas não estão sendo cumpridas, nobres deputados e representantes que compõem essa Mesa.

As leis estão sendo aprovadas a favor dos agentes comunitários, mas não estão sendo cumpridas. O que tem sido feito para que isso mude? Estamos com a lei do piso! E aí? A maioria dos agentes dos municípios não recebe o piso! O que os prefeitos dizem? “Não temos dinheiro, a verba não está vindo”. Mas o que o representante do Ministério da Saúde falou aqui é completamente diferente daquilo que está sendo dito nos municípios. E aí? Cadê a fiscalização para que esses gestores sejam punidos? Então, precisamos que haja fiscalização nos municípios para que essas leis sejam cumpridas.

Agradeço ao deputado Zé Neto, em nome de Feira de Santana, por estarmos aqui.

Quero pedir a vocês, colegas, que deem as mãos. Agora suspendam as mãos. Levantem e fiquem de pé e deem as mãos aos seus colegas. Olhem só o que eu quero dizer a vocês: dividir não vai adiantar, não. O que vai adiantar agora é as categorias de ACS e de ACE estarem unidas. Dividir não vai adiantar, o que vai adiantar é a nossa força. Nós precisamos estar juntos.

Podem saber: se a gente colocar a nossa fé em ação, já deu tudo certo. Agora, não fique se digladiando com o seu colega, porque é o seu colega que vai te ajudar na hora em que você cair, ele vai te levantar. Porque gestor não gosta de trabalhador, quem gosta de trabalhador é o outro trabalhador. Que Deus abençoe a todos! (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Essa é a Conceição.

Com a palavra, Ivandro.

O Sr. Ivandro Antunes da Silva:- Bom-dia. Depois dessa fala maravilhosa da colega, da fala maravilhosa de Ana Paula, primeiro, quero agradecer à Mesa. O meu nome é Ivandro Antunes, sou agente de endemias do município de Salvador e estudante de Direito. Sou da primeira turma de agentes de endemias formados em

técnico de vigilância em saúde.

Eu quero agradecer, principalmente, ao deputado que antes era secretário da Saúde. Quando eu pedi, no gabinete dele, a briga para que os agentes endemias e comunitários tivessem o curso técnico, ele e Zé Neto foram pra cima. Nenhum município quis implantar o curso técnico de agentes de saúde, e o Estado assumiu sozinho o compromisso de formar a primeira turma curso técnico de agentes de endemias no Estado da Bahia. No Estado do Rio de Janeiro já é uma realidade; no Estado do Mato Grosso está em procedimento; no Estado de Pernambuco, também.

Nós temos que lembrar que mais qualificação é igual à valorização. Temos um curso técnico de agente comunitário que está estagnado até hoje. Estamos com um curso de agente de endemias que se iniciou há 2 anos e está terminando. Eu queria aqui, deputado Zé Neto, pedir que, por favor, nos apoie para que seja ampliado para outros agentes de saúde, que revejam a questão dos agentes comunitários para a nossa formação técnica, porque com isso só quem ganha é a população.

Eu tenho uma notícia muito boa para dar. Há 6 meses, entramos com uma ação contra o município de Salvador porque havia algumas gratificações que eles não nos pagaram. Hoje, houve a decisão sobre o recurso, e nós vencemos. Cada agente de saúde que deu entrada contra o município de Salvador vai ganhar cerca de R\$ 12 mil.

Por isso eu digo, colegas, que não desistam. Se vocês têm um piso para ganhar, entrem com a ação judicial se o gestor não quer dar. Não seja embolado pelo ouvido. Muitos colegas falaram, porque encabecei a ação, que eu era doido, que eu era maluco, que não ia dar em nada, e hoje estão vendo o resultado.

Então, depois dessa fala maravilhosa de Ana Paula, lembrando que o município de Salvador não tem larvicida, em cima dessa crise de microcefalia que está se estendendo na Bahia, e não vemos nenhum posicionamento.

Vamos pedir também, deputado Jorge Solla, para dar celeridade a nossa PL, ao nosso auxílio moradia, para termos casa, porque nós, agentes de saúde, ficamos numa linha muito ruim, porque com a nossa remuneração a gente não consegue ter o Bolsa Família, porque é alta, e não consegue financiar um apartamento, porque a nossa remuneração é baixa. Então, a gente fica numa linha de exclusão. Por isso é mais do que necessário que sejam adotadas políticas para esses trabalhadores.

No mais, eu agradeço a todos vocês e vamos à luta, porque só quem luta pelos seus direitos é digno de tê-los.

Muito obrigado.(Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Primeiro, parabéns a todas as falas: essa fala maravilhosa de Ivandro; todas as falas de Ana Paula; de Edméia; de Conceição. Esse é o momento de estar aqui falando o que pensa e é o nosso momento de colher situações como essa que você colocou Ivandro, que é um detalhe para o qual eu não tinha atentado. Inclusive, solicitamos novamente o estudo do Planserv, porque antes o teto não dava, e agora vamos ver se o teto dá. Mas, vamos discutir isso dentro do teto. Agora ele falou sobre a faixa de exclusão que é interessante. No Minha Casa Minha

Vida ele entra numa faixa um pouco cega. Isso aí, Ivandro, vamos trabalhar desde agora.

Fizeram-me uma pergunta e vou responder aqui rápido. Perguntaram: “O Programa de Saúde de Agente Comunitário e de Agentes de Endemias é da esfera estadual e municipal, e o Governo faz o quê? Onde está o Governador Rui Costa?”

Vou responder a vocês: a gente faz a atenção básica. Teve um período que fizemos esse debate dentro do sistema. Fui Oposição, sou Governo há 9 anos, sou Líder do Governo há 5 anos e isso não me impediu minimamente de estar com vocês, inclusive, na hora das dificuldades para fazer intermediação. Para isso não tenho dificuldades. Tem que fazer a entrega do que pode e botar na mesa com transparência. Cristiano é quem cuida disso e é muito tranquilo com relação a isso.

Fizemos um trabalho muito bom quando começamos a fazer a requalificação dos agentes; o Ministério travou, nós é que estamos, a nível de Brasil, fazendo esse debate dentro do Ministério. A Bahia – temos o orgulho de dizer que está aqui o ex-secretário Jorge Solla, que muito nos honra hoje defendendo a Saúde como deputado federal – é o estado do Brasil que primeiro desprecarizou e é o estado do Brasil que tem mais desprecarização, inclusive, com relação a agentes de endemias. Olhem que a situação é caótica no Brasil, na Bahia não. E isso tem acontecido muito em função das intermediações que são feitas na Secretaria de Saúde desde o período do secretário Jorge Solla, que fez com que essas Mesas funcionassem plenamente.

Para uns isso pode parecer pouco, mas digo a vocês que, quanto às condições dessa luta, se não houvesse um braço forte do governo na ajuda, nós teríamos muito mais dificuldades.

Quero dizer que vamos continuar fazendo os nossos movimentos. Quanto à intermediação de salários, infelizmente até por conta do que rege o programa, o Governo do Estado não entra na parte salarial, e não entra porque tem uma outra obrigação na parte de atendimento com a contrapartida de atenção básica. E a gente vai continuar fazendo isso que estamos fazendo aqui.

Para alguns que são mais novos na luta parece que o que estamos fazendo hoje é natural, mas não é. Ao contrário, nós nunca fomos ouvidos em nenhuma das portas antes de Lula chegar ao poder e de Jaques Wagner chegar ao poder aqui na Bahia. Não estou aqui fazendo política, porque não precisa. Aqui todo mundo sabe o que pensa. Agora, essas duas portas se abriram, se não resolveram tudo como a gente quer, a gente vai continuar fazendo as nossas lutas.

Minha vó Elizia me dizia muito isso e é bem verdade: “Se a gente não valoriza o que tem, não vai avançar para canto nenhum”. Então é bom a gente valorizar o que tem em casa. Ela dizia sempre: “Meu filho, nasci nua; hoje, estou vestida. Vamos ver se a gente consegue mais; mas não fica reclamando muito da vida, porque senão a gente não olha quem está do nosso lado.” Podem ter certeza de que na dificuldade, nós sabemos disso, nós continuamos aqui ao lado e vamos trabalhar para que possamos avançar.

Antônio Carlos para falar.

O Sr. Antônio Carlos:- Vou tentar falar bem rapidinho até por causa do horário. Cardeal da Silva está relatando a demissão de quatro agentes comunitários de saúde. Vou dar um conselho: de acordo com a reunião que houve com Rogério Queiroz, que é o coordenador do Cesau (Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde), procure o Ministério Público da sua cidade, cite Rogério como referência. Isso já foi determinado e os municípios que fizerem demissões de agentes comunitários de endemias vão ser autuados pelo Ministério Público.

Com relação a um questionamento: “Meu município tem dez agentes comunitários de endemias contratados, em dezembro o repasse não vai vir?” Não vai vir. “O concurso deverá ser feito para os dez ou para os quatro que estão na portaria?” Aí eu acabo aproveitando e respondendo outro: o que está na portaria, gente, não é quantitativo de teto de agente comunitário de endemias para os municípios. É teto financiável, é outra coisa. Inclusive, pautado nesse entendimento, nessa reunião com Rogério, que falou: “Ah, sim. Entendendo assim...” Porque parte dos municípios gestores fazem o entendimento a seu bel-prazer. Dizer, não, a partir de agora o Ministério disse que é quatro, vou demitir seis. Ele tem a Lei de Responsabilidade Fiscal por má gestão e que não consegue dar conta de cumprir, fica colocando em um outro lugar que não tem nada a ver, tentando resolver.

Esse movimento já foi discutido pelo Ministério Público, e já está devidamente informado disso que estou falando para vocês para que eles tomem as devidas providências. Então não tem como, o quatro que consta na portaria é teto financiável e o que tem hoje de recomendação de quantitativo de agentes comunitários de endemias é um para cada mil habitantes, no mínimo. Com relação à nomenclatura, ele diz aqui que Feira de Santana, quando você entra no Fundo, não tem nem o incentivo financeiro nem o AFS lá no Fundo. Se isso está acontecendo em Feira ou em qualquer um dos municípios, isso quer dizer, que todos os agentes de Feira de Santana têm alguma pendência.

Como sabemos que Feira de Santana, como os quase 417 para agentes comunitários de saúde já são desprecariados, ou seja, eles estão com problemas com relação aos agentes comunitários de saúde nosímeis, eles precisam ser avisados e orientados disso porque eles vão perder o recurso. Se não está discriminado no Fundo como AFC ou IFC, isso quer dizer que eles têm todos os agentes comunitários cadastrados, ou seja, o Fundo está enxergando eles como vínculo precarizado. Está bom? Orientem as gestões de Feira de Santana que eu também vou fazer isso.

Por fim a questão da microárea, o que é que acontece? O Ministério da Saúde já vinha discutindo isso antes da lei. A questão das microáreas e áreas. A relação e acreditar que o vínculo é potente para o fazer de vocês, acreditamos nisso! Criar vínculo com a comunidade dá conta de construirmos mais significado para cuidarmos delas. Só que prender, como a própria colega, e impedir que você saia de determinado lugar, isso não é estratégia para proteger o vínculo, é estratégia de prisão, e o território é vivo. Nós, Ministério, já tínhamos discutido isso, só que a lei vem e reforça a vinculação por microárea, além do piso. O que existe hoje de legislação que protege.

Alguns municípios, e não são poucos, especialmente no sul do País, Curitiba, Florianópolis, fazem movimentos legais nas Câmaras Municipais e de lei, e derrubam essa cláusula dando novas regras para moradia do agente comunitário de saúde. Por exemplo, em Curitiba não há exigência, pelo contrário, você não pode morar na microárea. Ou seja, ele criou uma legislação, aprovou na Câmara dizendo e dando esse poder. A gestão municipal, que é quem o contrata deve mudar essa regra e colocar outras regras. Ou seja, há possibilidade de vocês fazerem esses movimentos municipais.

Gente, desculpe o horário. Zé, obrigado. Se não me fiz entender, os meus contatos estarão à disposição, vocês podem mandar *WhatsApp*, e-mail, eu respondo com o maior carinho. Obrigado por me escutarem. Um abraço. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Vou quebrar o protocolo um pouquinho, queria encerrar, mas prefiro encerrar daqui porque eu fico mais à vontade, vejo vocês de frente, fico mais próximo. Primeiro dizer a vocês que vai ser sempre uma alegria muito grande recebê-los aqui. Sei da dificuldade de alguns que vêm de muito longe, como Conceição colocou agora há pouco, e não foi fácil organizar a turma do interior para vir para cá. Mas esse momento crítico que vive o país, que vive o mundo, porque, gente, parece que a crise é só aqui. A crise é no mundo, depois da Segunda Guerra vocês têm assistido o que está acontecendo na Síria, na Europa, a maior crise humanitária, países na Europa fechando os muros para que os refugiados não consigam ingressar nos países, a dificuldade da China, do Japão que cresce 1%, um país que era até pouco tempo referência econômica no mundo, e o Brasil não é diferente, e temos uma crise política.

Nesse momento, mais ainda, nos cabe resistir e nos organizar porque posso aqui, Antônio Carlos, me despir um pouco do meu paletó e dizer que meu mandato tem muito a ver com tudo que vivo com os agentes comunitários de combate às endemias. Já tive muitas etapas na minha vida e em nenhum destes momentos aqui tive dúvida em ter participado deste movimento. Não tive dúvida nenhuma, primeiro porque sei da dimensão do que vocês são na vida das pessoas e na minha também.

Uma vez estava com a minha mulher há umas três campanhas, lá atrás. Fui numa cidade da região da Chapada, Boninal, e andando ali, uma poeira danada, o marido de uma agente comunitária me chamou para beber uma água na casa dele. Uma casa humilde, mas muito limpa, organizada e também muito, diria, íntegra. Ele disse: “Segura, que a mulher está chegando.” Daqui a pouco chega a esposa com uma bolsa do lado, suada, e me encontrou. Detalhe que na casa dela tinha uma foto comigo, de um destes encontros, em cima da estante. Ela me deu um abraço tão grande, tão maravilhoso, tão carinhoso, tão de gratidão e alegria por me encontrar, que acho que aquela cena retrata bem como vale a pena estar nesta caminhada com vocês!

Quero dizer que desta reunião não sai todo mundo de mãos abanando, porque muito do que construímos nesta Nação foi informação que aprimoramos e luta clara que tivemos aqui na Bahia e levamos para o restante do Brasil. Você foi feliz quando

disse que essa organização desses homens e mulheres aqui do nosso Estado fez coisas fundamentais no País.

Por exemplo, a Emenda nº 51 nasceu aqui das nossas mãos. Ninguém sabia o que fazer para que vocês tivessem estabilidade sem precisar fazer concurso público. E o “papai” aqui, junto com mais dois, sentou pra conversar a respeito. Encontramos então uma pequena linha na Constituição de 88 que garantia aos trabalhadores da Funasa cargos em extinção. Aí, levamos para o centro de discussão em Brasília. Eu disse: “Vamos criar os cargos em extinção ou algo parecido.” E o que era isso? É que vocês próprios, como os da Fundação Nacional de Saúde, porque já tinha previsão constitucional e já havia um precedente, poderiam, sim, com uma seleção pública fazer com que fossem estabilizados. Como hoje são estabilizados! Isso foi importante em todas as nossas vidas.

Daí em diante, uma outra grande luta que começou em Santo Antônio de Jesus com Walter Pinheiro, que não pode ser esquecido aqui, e teve também um apoio muito grande de Jorge Solla quando secretário, para fazer com que tivéssemos lá em Brasília o apoio necessário para que aqueles que iniciavam a caminhada e não tinham organização, e ainda hoje têm dificuldades, os agentes de combate às endemias, igualmente tivessem o reconhecimento na Constituição. Foram quase 40 dias para que eles também fizessem parte do texto. E olhem que a categoria deles não tinha essa organização toda! Aquele negão ali, Roque Honorato, disse: “Nós não vamos abrir mão.” Teve momento de ameaça, de dizer que não vai fazer, que isso e aquilo, mas ele confirmou: Têm que constar os agentes de combate às endemias. Eles compõem a Atenção Básica!” E então fomos até o fim.

Hoje ainda temos muito por fazer porque, quando ouvimos a questão da precarização, quando ouço dizer que em Feira de Santana está se tentando pagar em duas vezes o salário dos agentes de combate às endemias, aí me desculpem. Temos de fazer novamente a reflexão e aquecer as turbinas para continuar a nossa luta como sempre foi.

Daqui renasce hoje mais uma vez este sentimento de novamente colocar na pauta, Solla. Você é importante demais nisto, a questão da habitação. Precisamos ir ao governo federal, no Minha Casa, Minha Vida III, e recompor esta discussão com relação à situação de habitação dos nossos agentes. E o que podemos fazer? Porque hoje, com o Minha Casa, Minha Vida III, já temos as unidades individuais e precisamos avançar. No passado, não conseguíamos por causa do formato do programa. No formato atual, que foi o que funcionou no Minha Casa, Minha Vida II, já cabem aqui condições para que pensemos na possibilidade de fazer com que tenhamos um grande programa nacional também para os agentes comunitários de combate às endemias.

Isso vai ser retomado aqui e agora. Estamos fazendo este compromisso novamente para retomar, porque o formato já comporta mais essa discussão. Peço ao deputado Jorge Sola que faça conosco esse embate em Brasília.

Quero dizer tanto ao pessoal de Feira que me cobrou ali como a cada um e a

cada uma de vocês... Laís, providencie junto com nosso amigo Cristiano o parecer de recomendação do Dr. Rogério, que é o representante do Ministério Público Estadual, deputado Arimatéia, que faz a defesa dos interesses coletivos da saúde em nosso Estado, a fim de que esse parecer imediatamente esteja a serviço de todos vocês. Vamos publicar em nosso Face, vamos passar para Arimatéia e pedir que a Secretaria, hoje ainda, coloque no seu site, lá na Adab, a foto do parecer, escaneado, bonitinho, arrumadinho, para que cada um de vocês tenha esse parecer na mão e mostrem aos gestores que há um entendimento legal do Ministério Público estadual e que se não for cumprido vocês terão todo o apoio nosso aqui. Está ali Nelson, nosso advogado. Essa luta haverá de continuar.

Como todos disseram, eu quero também dizer: agradecer a Deus este momento. Conceição foi muito feliz quando lembrou isso. Temos que estar sempre lembrando que Deus está aí e que Deus é uma grande caminhada. Deus é sempre o dia a dia. Deus é a formiguinha e é a vida de todos nós. Deus é esse sentimento que faz com que a gente compreenda o outro e não faça do outro o nosso adversário. Faça do outro a nossa missão. Cuidar das pessoas, cuidar melhor das pessoas. Fazer com que nosso País tenha os resultados que teve. Quando a gente olha para o que era a mortalidade infantil em nosso País e olha o que é hoje, temos que bater continência para os agentes comunitários de endemias.

Agora há pouco o Cristiano lembrou das endemias que estão chegando, das doenças novas que o mundo está enfrentando. É esse exército que faz a atenção básica, na ponta, de agentes comunitários e agentes de endemias que vai ser responsável por esse enfrentamento. E que a gente tenha essa capacidade de cada dia termos mais envolvimento e esse sentimento de defesa dos interesses da saúde e da nossa gente.

Parabéns, boa viagem!

Declaro encerrada essa importante sessão. (Palmas.)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.